



DIÁRIO DA REPÚBLICA

SUMÁRIO

Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas

Portaria n.º 154/2000:

Anexa à zona de caça associativa criada pela Portaria n.º 254-EG/96, de 15 de Julho, vários prédios rústicos sítos na freguesia de Santiago dos Velhos, município de Arruda dos Vinhos 1036

Portaria n.º 155/2000:

Anexa à zona de caça associativa criada pela Portaria n.º 640-N3/94, de 15 de Julho, o prédio rústico denominado «Monte Novo», sito na freguesia e município de Reguengos de Monsaraz 1036

Portaria n.º 156/2000:

Anexa à zona de caça associativa criada pela Portaria n.º 254-X/96, de 15 de Julho, os prédios rústicos deno-

minados «Herdade da Cabeça Gorda» e «Courela do Monte da Serra», sítos na freguesia de Nossa Senhora da Conceição, município de Alandroal 1037

Ministério da Educação

Despacho Normativo n.º 18/2000:

Aprova o Regulamento dos Exames do Ensino Secundário. Revoga o Despacho Normativo n.º 15/99, de 20 de Março 1037

Região Autónoma da Madeira

Decreto Regulamentar Regional n.º 8/2000/M:

Altera o Decreto Regulamentar Regional n.º 13-B/97/M, de 15 de Julho (aprova a estrutura orgânica da Direcção Regional de Administração e Pessoal) 1053

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Portaria n.º 154/2000

de 17 de Março

Pela Portaria n.º 254-EG/96, de 15 de Julho, foi concessionada à Associação de Caçadores de Santiago dos Velhos a zona de caça associativa de Santiago dos Velhos (processo n.º 1904-DGF), situada na freguesia de Santiago dos Velhos, município de Arruda dos Vinhos, com uma área de 1044,6778 ha, válida até 15 de Julho de 2008.

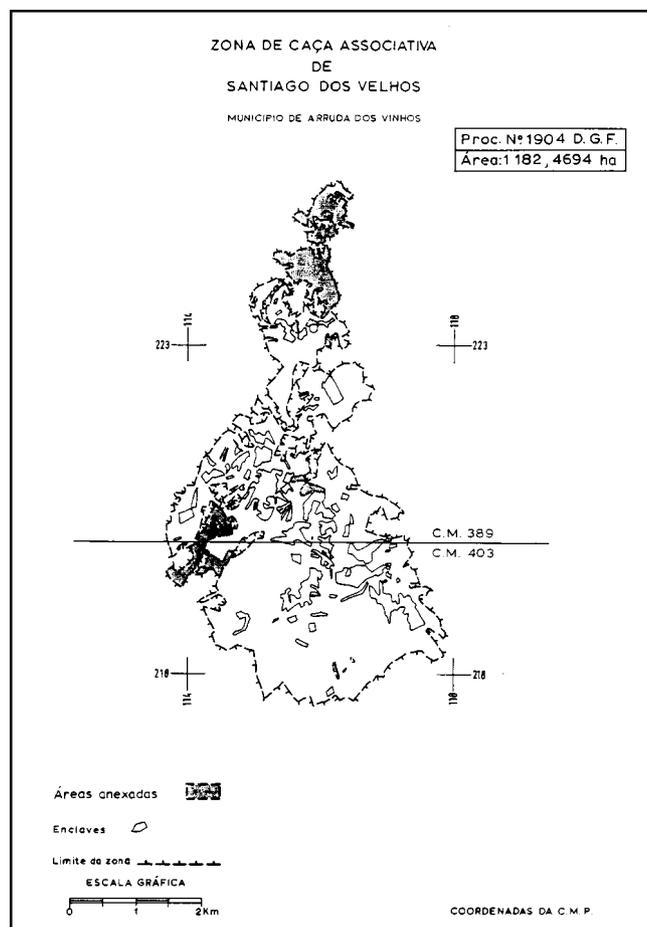
A concessionária requereu entretanto a anexação de outros prédios rústicos à referida zona de caça, com uma área de 137,7916 ha.

Assim:

Com fundamento no disposto no artigo 20.º da Lei n.º 30/86, de 27 de Agosto, e nos artigos 79.º e 81.º do Decreto-Lei n.º 136/96, de 14 de Agosto, ouvidos o Conselho Cinegético Municipal e o Conselho Nacional da Caça e de Conservação da Fauna:

Manda o Governo, pelo Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, que sejam anexados à zona de caça associativa criada pela Portaria n.º 254-EG/96, de 15 de Julho, vários prédios rústicos sitos na freguesia de Santiago dos Velhos, município de Arruda dos Vinhos, com uma área de 137,7916 ha, ficando a zona de caça com a área total de 1182,4694 ha, conforme planta anexa à presente portaria e que dela faz parte integrante.

Pelo Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Victor Manuel Coelho Barros*, Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural, em 23 de Fevereiro de 2000.



Portaria n.º 155/2000

de 17 de Março

Pela Portaria n.º 640-N3/94, de 15 de Julho, foi concessionada ao Couto Associativo de Caça e Pesca A Ribeira das Sardinhas a zona de caça associativa da Herdade de Alenqueres e outras (processo n.º 1675-DGF), situada na freguesia e município de Reguengos de Monsaraz, com uma área de 637,6150 ha, válida até 15 de Julho de 2006.

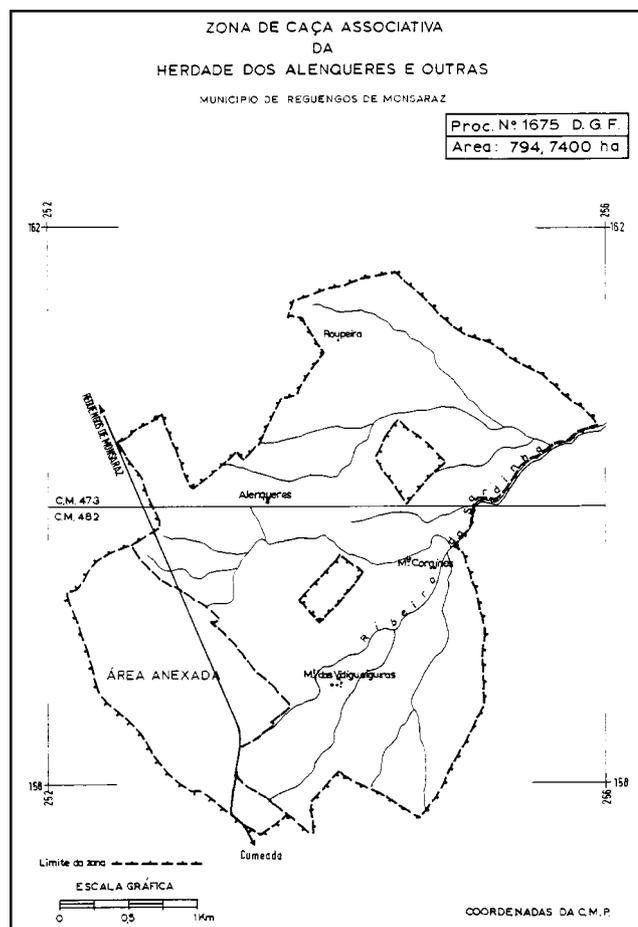
A concessionária requereu entretanto a anexação de outro prédio rústico à referida zona de caça, com uma área de 157,1250 ha.

Assim:

Com fundamento no disposto no artigo 20.º da Lei n.º 30/86, de 27 de Agosto, e nos artigos 79.º e 81.º do Decreto-Lei n.º 136/96, de 14 de Agosto, e ouvidos o Conselho Cinegético Municipal e o Conselho Nacional da Caça e de Conservação da Fauna:

Manda o Governo, pelo Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, que seja anexado à zona de caça associativa criada pela Portaria n.º 640-N3/94, de 15 de Julho, o prédio rústico denominado «Monte Novo», sito na freguesia e município de Reguengos de Monsaraz, com uma área de 157,1250 ha, ficando a zona de caça com a área total de 794,74 ha, conforme planta anexa à presente portaria e que dela faz parte integrante.

Pelo Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Victor Manuel Coelho Barros*, Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural, em 23 de Fevereiro de 2000.



Portaria n.º 156/2000

de 17 de Março

Pela Portaria n.º 254-X/96, de 15 de Julho, foi concessionada à Associação de Caçadores de São Brás dos Matos a zona de caça associativa de São Brás dos Matos (processo n.º 1896-DGF), situada nas freguesias de Nossa Senhora do Loureto e de Nossa Senhora da Conceição, município de Alandroal, com uma área de 1144,7250 ha, válida até 15 de Julho de 2002.

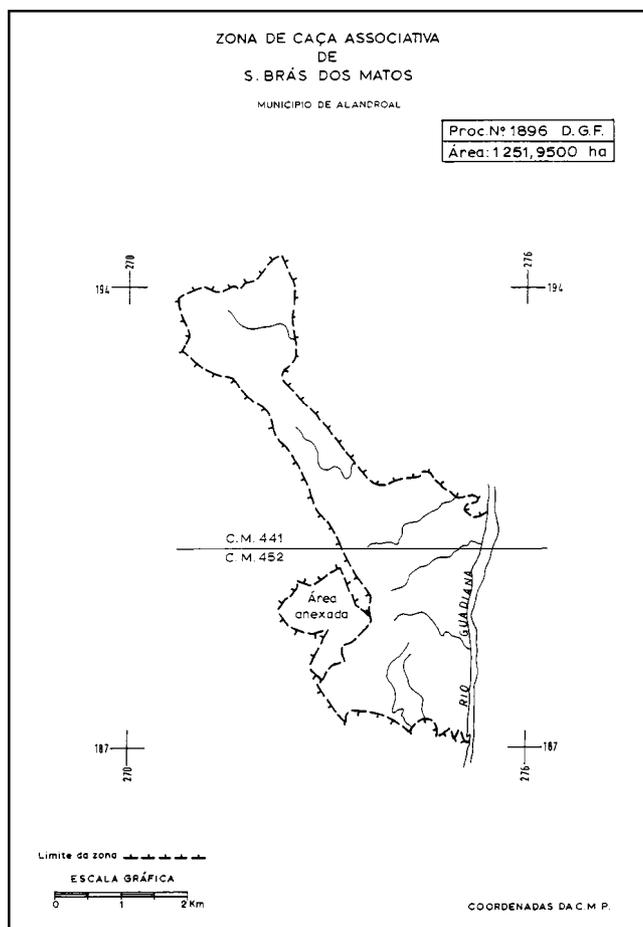
A concessionária requereu entretanto a anexação de outros prédios rústicos à referida zona de caça, com uma área de 107,2250 ha.

Assim:

Com fundamento no disposto no artigo 20.º da Lei n.º 30/86, de 27 de Agosto, e nos artigos 79.º e 81.º do Decreto-Lei n.º 136/96, de 14 de Agosto, ouvidos o Conselho Cinegético Municipal e o Conselho Nacional da Caça e de Conservação da Fauna:

Manda o Governo, pelo Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, que sejam anexados à zona de caça associativa criada pela Portaria n.º 254-X/96 de 15 de Julho, os prédios rústicos denominados «Herdade da Cabeça Gorda» e «Courela do Monte da Serra», sitos na freguesia de Nossa Senhora da Conceição, município de Alandroal, com uma área de 107,2250 ha, ficando a zona de caça com a área total de 1251,95 ha, conforme planta anexa à presente portaria e que dela faz parte integrante.

Pelo Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Victor Manuel Coelho Barros*, Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural, em 23 de Fevereiro de 2000.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO****Despacho Normativo n.º 18/2000**

A progressiva normalização que a realização dos exames nacionais tem vindo a conhecer decorre em parte da organização sistemática dos normativos e da introdução de dispositivos vários que permitiram clarificar procedimentos, facilitando a compreensão por parte de professores, alunos e funcionários das condições de admissão e realização da avaliação sumativa externa, bem como da certificação do ensino secundário e dos exames que se constituem como provas de ingresso no ensino superior.

Nesta perspectiva, impõe-se ainda uma melhor adequação do Regulamento dos Exames, definido no Despacho Normativo n.º 15/99, de 20 de Março, pelo que se justifica que nele sejam introduzidas as alterações aconselhadas pela experiência, aproveitando-se ainda a oportunidade para rever a redacção das disposições que têm suscitado maiores dúvidas de aplicação.

Assim, nos termos do disposto no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 286/89, de 29 de Agosto, e para cumprimento do disposto no n.º 3 do Despacho Normativo n.º 338/93, de 21 de Outubro, determino o seguinte:

1 — É aprovado o Regulamento dos Exames do Ensino Secundário, que se publica em anexo a este despacho normativo e do qual faz parte integrante.

2 — O Regulamento agora aprovado aplica-se a partir do presente ano lectivo de 1999-2000, inclusive.

3 — É revogado o Regulamento dos Exames do Ensino Secundário, que foi aprovado pelo Despacho Normativo n.º 15/99, de 20 de Março.

Ministério da Educação, 28 de Fevereiro de 2000. — A Secretária de Estado da Educação, *Ana Benavente*.

REGULAMENTO DOS EXAMES DO ENSINO SECUNDÁRIO**CAPÍTULO I****Disposições gerais**

1 — Objecto, âmbito e destinatários:

1.1 — O presente Regulamento estabelece o regime geral dos exames dos seguintes cursos do ensino secundário:

- a) Cursos gerais e cursos tecnológicos estabelecidos pelo Decreto-Lei n.º 286/89, de 29 de Agosto, cujo regime de avaliação foi aprovado pelo Despacho Normativo n.º 338/93, de 21 de Outubro;
- b) Cursos do 12.º ano da via de ensino;
- c) Cursos complementares nocturnos (liceal e técnicos).

1.2 — Os exames dos cursos do ensino secundário instituídos pelo Decreto-Lei n.º 286/89, de 29 de Agosto, revestem duas modalidades:

- a) Exames de equivalência à frequência que respeitam às disciplinas terminais dos 10.º e 11.º anos e às disciplinas do 12.º ano não sujeitas ao regime de exame final de âmbito nacional, a realizar obrigatoriamente pelos alunos externos e pelos candidatos autopropostos;
- b) Exames finais de âmbito nacional nas disciplinas terminais do 12.º ano, a realizar obrigatoriamente pelos alunos internos, pelos alunos externos e pelos candidatos autopropostos.

1.3 — Para efeitos de admissão a exame, os candidatos abrangidos pelos planos de estudo aprovados pelo Decreto-Lei n.º 286/89, de 29 de Agosto, consideram-se:

1.3.1 — Alunos internos — os alunos que frequentem até ao final do ano lectivo o 12.º ano em estabelecimento de ensino público ou do ensino particular e cooperativo dotado de autonomia ou de paralelismo pedagógico, ou ainda em seminário abrangido pelo Decreto-Lei n.º 293-C/86, de 12 de Setembro, e que reúnam as condições de admissão a exame previstas na alínea b) do n.º 12.1.1 do presente Regulamento;

1.3.2 — Alunos externos — os candidatos à realização dos exames previstos nas alíneas a) e b) do n.º 1.2 que se encontrem em qualquer das seguintes situações:

- a) Pretenderem validar os resultados obtidos na frequência de estabelecimentos do ensino particular e cooperativo não dotados de autonomia ou de paralelismo pedagógico, de seminário não abrangido pelo Decreto-Lei n.º 293-C/86, de 12 de Setembro, ou de ensino individual ou doméstico;
- b) Terem estado matriculados no ano terminal da disciplina a que respeita o exame e anulado a matrícula até ao 5.º dia de aulas do 3.º período, inclusive;
- c) Pretenderem obter aprovação em disciplina cujo ano terminal frequentaram sem aprovação ou em que foram já reprovados em exame, salvaguardado o adiante disposto nos n.ºs 32.4 e 32.5;
- d) Pretenderem obter aprovação em disciplinas do mesmo curso ou de curso diferente do frequentado e em que nunca tenham estado matriculados;

1.3.3 — Candidatos autopropostos — os candidatos que, não tendo estado matriculados no ensino público ou no ensino particular e cooperativo ou, tendo estado matriculados, tenham anulado a matrícula em todas as disciplinas até ao 5.º dia de aulas do 3.º período, possuam o 3.º ciclo do ensino básico, ou outra habilitação equivalente, reúnam as condições de admissão a exame adiante estabelecidas nos n.ºs 8 e 12 e completem até ao dia 31 de Dezembro do ano civil em que se inscrevem:

- a) Para admissão a exame de disciplinas do 10.º ano, a idade mínima de 16 anos;
- b) Para admissão a exame de disciplinas do 11.º ano, a idade mínima de 17 anos;
- c) Para admissão a exame de disciplinas do 12.º ano, a idade mínima de 18 anos.

1.4 — Quando no presente Regulamento é referido o presidente do conselho executivo (CE), deve entender-se o responsável do órgão de gestão, conforme a situação de cada escola, e ainda, no caso das escolas do ensino particular e cooperativo, o director pedagógico.

CAPÍTULO II

Conselhos de turma para avaliação

2 — Critérios de avaliação:

2.1 — O conselho pedagógico, ouvidos os conselhos de grupo ou os departamentos curriculares, procede a uma análise das condições de desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem e define os critérios de avaliação a observar por todos os professores nas reu-

niões de conselho de turma que assegurem equidade de procedimentos na ponderação da situação escolar dos alunos e na atribuição das classificações.

3 — Constituição e funcionamento do conselho de turma:

3.1 — Para efeitos de avaliação periódica dos alunos, o conselho de turma é constituído por todos os professores da turma, sendo o seu presidente o director de turma e o secretário nomeado pelo presidente do CE.

3.2 — Para além dos professores da turma, podem ainda intervir, sem direito a voto, as entidades constantes nas alíneas a) e b) do n.º 10 do regime de avaliação aprovado pelo Despacho Normativo n.º 338/93, de 21 de Outubro.

3.3 — Sempre que a ausência de um membro do conselho de turma for imprevista, a reunião deve ser adiada, no máximo, por quarenta e oito horas, de forma a assegurar a presença de todos.

3.4 — No caso de a ausência ser presumivelmente longa, o conselho de turma reúne com os restantes membros, devendo o respectivo director de turma dispor de todos os elementos referentes à avaliação de cada aluno, fornecidos pelo professor ausente.

3.5 — Em cada um dos momentos de avaliação, o professor de cada disciplina apresenta, em reunião de conselho de turma, uma informação sobre o aproveitamento de cada aluno e uma proposta de atribuição de classificação expressa na escala de 0 a 20 valores.

3.6 — A decisão final quanto à classificação a atribuir é da competência do conselho de turma, que, para o efeito, aprecia a proposta apresentada por cada professor, as informações justificativas da mesma e a situação global do aluno.

3.7 — As decisões do conselho de turma devem resultar do consenso dos professores que o integram, admitindo-se o recurso ao sistema de votação quando se verificar a impossibilidade de obtenção desse consenso.

3.8 — No caso de recurso à votação, e segundo as prescrições do Código do Procedimento Administrativo, todos os membros do conselho de turma devem votar mediante voto nominal, não sendo permitida a abstenção.

3.9 — A deliberação só pode ser tomada por maioria absoluta, tendo o presidente do conselho de turma voto de qualidade, em caso de empate.

3.10 — Nos conselhos de turma deve ser dado cumprimento ao disposto no n.º 15 do regime de avaliação aprovado pelo Despacho Normativo n.º 338/93, de 21 de Outubro, e, no 3.º período, também ao disposto no n.º 29 do mesmo regime de avaliação.

3.11 — Na acta da reunião de conselho de turma devem ficar registadas todas as decisões e a respectiva fundamentação.

4 — Registo das classificações e ratificação das decisões do conselho de turma:

4.1 — As classificações atribuídas em cada um dos momentos de avaliação são registadas em pauta e ainda nos restantes documentos previstos para esse efeito.

4.2 — Em cada ano lectivo, o aproveitamento final de cada disciplina é expresso pela classificação atribuída pelo conselho de turma, na reunião de avaliação do 3.º período, pelo que aquela classificação deve exprimir a apreciação global do trabalho desenvolvido pelo aluno e o seu aproveitamento escolar ao longo do ano.

4.3 — As decisões do conselho de turma são ratificadas pelo presidente do CE.

4.4 — O presidente do CE deve proceder à verificação das pautas e da restante documentação relativa às reu-

niões dos conselhos de turma, assegurando-se do integral cumprimento das disposições em vigor e da observância dos critérios definidos pelo conselho pedagógico, competindo-lhe desencadear os mecanismos que entender necessários à correcção de eventuais irregularidades.

4.5 — As pautas, após a ratificação prevista no n.º 4.3, são afixadas em local apropriado no interior da escola, nelas devendo constar a data da respectiva afixação.

4.6 — O presidente do CE, sempre que o considere justificado, pode determinar a repetição da reunião do conselho de turma, informando este dos motivos que fundamentam tal determinação.

4.7 — Se, após a repetição da reunião, subsistirem factos que, no entender do presidente do CE, impeçam a ratificação da decisão do conselho de turma, deve a situação ser apreciada em reunião do conselho pedagógico.

5 — Situações especiais:

5.1 — Sempre que, em qualquer disciplina não sujeita a exame final, o número de aulas dadas durante todo o ano lectivo não tenha atingido o mínimo de oito semanas, considera-se o aluno aprovado, sem atribuição de classificação interna anual nessa disciplina.

5.2 — Para obtenção de classificação nos casos referidos no n.º 5.1, o aluno pode repetir a frequência da disciplina, de acordo com as possibilidades da escola, ou, nos casos em que a situação ocorra no ano terminal da mesma, requerer exame de equivalência à frequência, na 1.ª e ou na 2.ª fase.

5.3 — Sempre que, em qualquer disciplina sujeita a exame final, o número de aulas dadas durante todo o ano lectivo não tenha atingido o mínimo de oito semanas, observa-se o seguinte:

- a) No caso de disciplinas plurianuais, o aluno é admitido a exame, sendo a classificação interna da disciplina igual à média aritmética simples, arredondada às unidades, das classificações internas anuais que tenha obtido;
- b) No caso de disciplinas anuais, o aluno é admitido a exame, sendo a classificação final da disciplina igual à classificação obtida no exame.

5.4 — Sempre que se verificar mudança de agrupamento ou de curso, que não pode acontecer para além do final do 1.º período, o aluno deve garantir a assiduidade que lhe permita ser avaliado e classificado nos dois períodos seguintes.

5.5 — Se, por motivo da exclusiva responsabilidade da escola ou por falta de assiduidade motivada por doença prolongada, por cumprimento do serviço militar obrigatório ou ainda por impedimento legal devidamente comprovado, não existirem em qualquer disciplina elementos de avaliação respeitantes a um dos períodos lectivos, a classificação de frequência é a obtida no último período lectivo frequentado, não ficando o aluno dispensado da prova global, nos casos em que a mesma for obrigatória, cabendo, no entanto, à escola a decisão sobre eventuais adaptações da mesma.

5.6 — Sempre que, por falta de assiduidade motivada por doença prolongada, por cumprimento do serviço militar obrigatório ou ainda por impedimento legal devidamente comprovado, o aluno frequentar as aulas durante um único período lectivo, a classificação de frequência é a obtida nesse período, não ficando o aluno dispensado da prova global a realizar por todos os outros estudantes.

5.7 — Sempre que a obtenção de aprovação na disciplina implique a realização de exame nacional, o aluno não é dispensado da respectiva prestação.

5.8 — Se, por motivo da exclusiva responsabilidade da escola, apenas existirem em qualquer disciplina elementos de avaliação respeitantes a um dos períodos lectivos, os alunos podem optar por:

5.8.1 — Ser-lhes considerada como classificação anual de frequência a obtida nesse período;

5.8.2 — Não lhes ser atribuída classificação interna anual nessa disciplina.

5.9 — Aos alunos que optarem pela solução prevista no n.º 5.8.2 pode aplicar-se o estabelecido no n.º 5.2 do presente Regulamento.

5.10 — Nas disciplinas sujeitas a prova global, compete ao órgão de gestão decidir, casuisticamente, da obrigatoriedade da sua realização por parte das turmas afectadas, com eventuais adaptações, nos termos do n.º 39 do regulamento anexo ao despacho n.º 60/SEED/94, de 17 de Setembro.

5.11 — No caso das disciplinas plurianuais, quando a situação ocorre no ano terminal da mesma e o aluno opte por não lhe ser atribuída classificação interna anual na disciplina, observa-se o seguinte:

5.11.1 — No caso de a disciplina não ser sujeita a exame final nacional:

5.11.1.1 — O aluno fica com a classificação obtida no ano anterior (disciplina bienal) ou com a média das classificações obtidas nos dois anos anteriores (disciplina trienal).

5.11.1.2 — Se a classificação obtida no ano anterior ou a média dos dois anos anteriores for negativa, o aluno é sujeito a um exame de equivalência à frequência correspondente ao programa do(s) ano(s) anterior(es) e à matéria que efectivamente foi leccionada no período frequentado no último ano.

5.11.2 — Nas disciplinas sujeitas a exame final nacional, é sempre obrigatória a prestação do exame, observando-se o seguinte quanto à determinação da classificação interna de frequência (CIF):

5.11.2.1 — A CIF determina-se nos termos prescritos nos números anteriores.

5.11.2.2 — Quando, no caso de disciplinas anuais, o aluno optar pela não atribuição de classificação ou quando a CIF calculada resultar negativa, o aluno presta exame na condição de externo.

6 — Revisão das decisões do conselho de turma:

6.1 — Após a afixação das pautas referentes ao 3.º período lectivo, o encarregado de educação, ou o próprio aluno, quando maior de 18 anos, poderá requerer a revisão das decisões do conselho de turma.

6.2 — Os pedidos de revisão são apresentados em requerimento devidamente fundamentado, dirigido ao presidente do CE, no prazo de três dias úteis a contar da data da afixação da pauta com a classificação da avaliação sumativa interna, podendo o requerimento ser acompanhado dos documentos considerados pertinentes.

6.3 — Os requerimentos recebidos depois de expirado o prazo fixado no número anterior, bem como os que não estiverem fundamentados, serão liminarmente indeferidos.

6.4 — O presidente do CE deve, nos cinco dias úteis após a recepção do requerimento, convocar, para apreciação do pedido, uma reunião extraordinária do conselho de turma.

6.5 — O conselho de turma, reunido extraordinariamente, aprecia o pedido e decide sobre o mesmo, elaborando um relatório pormenorizado, que deve integrar a acta da reunião.

6.6 — Nos casos em que o conselho de turma mantenha a sua decisão, o processo aberto pelo pedido de revisão é enviado pelo presidente do CE ao conselho pedagógico, instruindo-o com os seguintes documentos:

- a) Requerimento do encarregado de educação (ou do aluno), previsto no n.º 6.2, e documentos apresentados com o mesmo;
- b) Fotocópia da acta da reunião extraordinária do conselho de turma;
- c) Fotocópias das actas das reuniões do conselho de turma correspondentes aos três momentos de avaliação;
- d) Relatório do director de turma onde constem os contactos havidos com o encarregado de educação ao longo do ano;
- e) Relatório do professor da disciplina visada na reclamação, justificativo da classificação proposta no final do 3.º período e do qual constem todos os elementos de avaliação do aluno, recolhidos ao longo do ano lectivo;
- f) Ficha de avaliação do aluno relativa aos três momentos de avaliação.

6.7 — O conselho pedagógico aprecia o processo e decide.

6.8 — Da decisão do conselho de turma ou do conselho pedagógico e respectiva fundamentação é dado conhecimento ao interessado, através de carta registada com aviso de recepção, no prazo máximo de 30 dias úteis contados a partir da data da recepção do pedido de revisão.

7 — Reclamações:

7.1 — Da decisão que recaiu sobre o pedido de revisão pode ainda haver reclamação dirigida ao presidente do CE. A reclamação, contudo, só pode ser aceite quando fundamentada em vício existente no processo ou em comportamento susceptível de enquadrar ilícito disciplinar.

7.2 — A reclamação deve ser entregue obrigatoriamente, na escola, no prazo de cinco dias úteis a contar da data da comunicação prevista no n.º 6.8.

7.3 — O presidente do CE aprecia e decide da reclamação, tendo em conta o parecer fundamentado do inspector pedagógico, no prazo máximo de 30 dias úteis contados a partir da data da recepção da reclamação.

7.4 — No caso de indeferimento da reclamação, torna-se definitiva a decisão reclamada.

7.5 — No caso de deferimento, devem ser determinadas as diligências necessárias à reposição da legalidade e à abertura de processo disciplinar, se a tal houver lugar.

CAPÍTULO III

Exames

SECÇÃO I

Exames de equivalência à frequência dos cursos gerais e tecnológicos (10.º, 11.º e 12.º anos)

8 — Condições de admissão:

8.1 — A admissão ao exame de equivalência à frequência de disciplinas terminais do 12.º ano só é permitida aos alunos que tenham obtido aprovação em todas as disciplinas terminais do 10.º e do 11.º anos, ou em todas menos duas.

8.2 — Os alunos externos referidos na alínea a) do n.º 1.3.2 que pretendam validar os resultados obtidos na frequência só podem ser admitidos à realização de exame de equivalência à frequência desde que, na avaliação interna da disciplina a que se apresentam a exame, tenham obtido classificação igual ou superior a 10 valores, calculada através da média aritmética simples, arredondada às unidades, das classificações de cada um dos anos em que a mesma foi ministrada.

9 — Constituição dos exames e duração das provas:

9.1 — Os exames de equivalência à frequência são constituídos, em cada disciplina, pelas provas constantes do anexo I ao presente Regulamento, do qual consta também a respectiva duração.

9.2 — A realização das provas orais é aberta à assistência de público.

9.3 — Nos exames constituídos por duas provas é obrigatória a realização de ambas, salvo se o aluno obtiver na prova escrita realizada classificação inferior a 7 valores, calculada por arredondamento às unidades, caso em que fica desde logo reprovado, sem poder prosseguir o exame.

10 — Classificação de exame:

10.1 — A classificação de exame é expressa pela classificação obtida pelo aluno na prova realizada, arredondada às unidades.

10.2 — No caso dos exames constituídos por mais de uma prova, a classificação de exame é expressa pela média aritmética simples e arredondada às unidades das classificações obtidas pelo aluno em cada uma das provas realizadas, também estas arredondadas às unidades.

11 — Aprovação e classificação final na disciplina:

11.1 — Considera-se aprovado o aluno que no exame obtenha classificação igual ou superior a 10 valores, sendo a classificação final da disciplina expressa pela classificação do respectivo exame.

SECÇÃO II

Exames finais nacionais — 12.º ano dos cursos gerais e tecnológicos

12 — Condições de admissão:

12.1 — Podem apresentar-se à realização de exames finais de âmbito nacional:

12.1.1 — Os alunos internos e os alunos externos referidos na alínea a) do n.º 1.3.2 que, cumulativamente, preenchem as seguintes condições:

- a) Tenham obtido aprovação, nos termos dos n.ºs 39 e 43 do regime de avaliação aprovado pelo Despacho Normativo n.º 338/93, de 21 de Outubro, em todas as disciplinas terminais do 10.º e do 11.º anos do respectivo curso, ou em todas menos duas;
- b) Na avaliação interna da disciplina a cujo exame se apresentam hajam obtido uma classificação igual ou superior a 10 valores, calculada através da média aritmética simples, arredondada às unidades, das classificações de cada um dos anos em que a mesma foi ministrada;

12.1.2 — Os alunos externos que se encontrem em qualquer das situações referidas nas alíneas b), c) e d) do n.º 1.3.2 e os candidatos autopropostos, desde que tenham obtido aprovação em todas as disciplinas ter-

minais do 10.º e do 11.º anos do respectivo curso, ou em todas menos duas.

13 — Constituição dos exames e duração das provas:

13.1 — Os exames nacionais são constituídos, em cada disciplina, pelas provas indicadas no anexo II ao presente Regulamento, no qual é também prescrita a respectiva duração.

13.2 — A segunda língua estrangeira iniciada no 10.º ano é sempre sujeita a exame final no 12.º ano, sendo o seu exame constituído apenas por prova escrita.

14 — Classificação de exame:

14.1 — A classificação de exame é expressa pela classificação obtida pelo aluno na prova realizada, arredondada às unidades.

15 — Aprovação e classificação final na disciplina:

15.1 — Os alunos internos consideram-se aprovados em qualquer disciplina do 12.º ano sujeita ao regime de exame final nacional desde que obtenham nessa disciplina classificação final igual ou superior a 10 valores, calculada como se indica no n.º 42 do regime de avaliação aprovado pelo Despacho Normativo n.º 338/93, de 21 de Outubro, na redacção dada pelo Despacho Normativo n.º 45/96, de 9 de Outubro.

15.2 — No caso dos alunos externos e dos candidatos autopropostos, considera-se aprovado em qualquer disciplina o aluno que, no respectivo exame final, tenha obtido classificação igual ou superior a 10 valores, calculada por arredondamento às unidades, sendo a classificação final da disciplina expressa pela classificação do respectivo exame.

SECÇÃO III

Provas de exame

16 — Modalidades:

16.1 — As provas de exame podem revestir as seguintes modalidades: escrita, teórico-prática, prática e oral.

17 — Exames de equivalência à frequência:

17.1 — As provas dos exames de equivalência à frequência são elaboradas ao nível de escola, sob a orientação e responsabilidade do conselho pedagógico, que define os respectivos critérios de elaboração e correcção, por proposta do grupo disciplinar ou do departamento curricular, com observância do seguinte:

- a) As provas são elaboradas com base na totalidade do programa estipulado para o número de anos em que a disciplina é ministrada;
- b) Nas disciplinas da componente de formação técnica dos cursos gerais, o exame versa sempre sobre o programa de cada bloco/ano;
- c) Ao grupo disciplinar ou departamento curricular compete propor ao conselho pedagógico a matriz da prova, da qual constem os objectivos e os conteúdos, a estrutura e respectivas cotações e os critérios de correcção;
- d) Após a sua aprovação, a matriz da prova deve ser afixada em lugar público da escola até ao dia 15 de Maio;
- e) Para a elaboração das provas é, em cada disciplina, constituída uma equipa de dois professores, da qual devem fazer parte um professor profissionalizado dessa disciplina ou, na sua falta, de uma área afim, que será o coordenador, e um professor que tenha leccionado a disciplina durante o ano lectivo;

f) Compete ao delegado de grupo de cada disciplina ou ao chefe do departamento curricular assegurar o cumprimento das orientações e decisões do conselho pedagógico;

g) Ao presidente do CE compete, em cada escola, assegurar a constituição das equipas de elaboração das provas de exame.

17.2 — Aos professores que intervenham na elaboração das provas de exame podem ser concedidos até dois dias de dispensa do serviço lectivo, ao critério do presidente do CE.

17.3 — Em cada centro de área educativa, as escolas que leccionam uma mesma disciplina podem associar-se para a elaboração conjunta das provas de exame de equivalência à frequência, em moldes a estabelecer pelo respectivo coordenador.

18 — Outros exames ao nível de escola:

18.1 — As provas de exame das disciplinas dos cursos complementares técnicos nocturnos que não estão sujeitas a exame nacional e das disciplinas dos cursos técnico-profissionais em regime pós-laboral são elaboradas ao nível de escola, sob orientação e responsabilidade do conselho pedagógico, que define os respectivos critérios de elaboração e correcção, por proposta do grupo disciplinar ou do departamento curricular e com observância do disposto nos n.º 17.1, alíneas a), e), f) e g), e 17.2.

19 — Exames finais nacionais:

19.1 — A elaboração das provas escritas dos exames nacionais é da competência do Gabinete de Avaliação Educacional (GAVE).

19.2 — As provas do 12.º ano dos cursos gerais e tecnológicos estabelecidos pelo Decreto-Lei n.º 286/89 incidem sobre o programa do 12.º ano, podendo avaliar conteúdos dos restantes anos que com ele estejam directamente relacionados.

19.3 — O Departamento do Ensino Secundário faculta às escolas o núcleo significativo dos objectivos e dos conteúdos que vão ser objecto de exame final em cada disciplina do 12.º ano dos cursos gerais e dos cursos tecnológicos e ainda do 12.º ano da via de ensino.

19.4 — O Gabinete de Avaliação Educacional, por sua vez, faculta às escolas a estrutura das provas e as informações correspondentes.

20 — Cotação das provas:

20.1 — As provas de exame elaboradas ao nível de escola e as provas de exames finais nacionais são cotadas de 0 a 200 pontos, sendo a classificação final expressa na escala de 0 a 20 valores.

20.2 — O enunciado da prova escrita deve referir a cotação a atribuir a cada questão.

CAPÍTULO IV

Júri nacional dos exames do ensino secundário

21 — Composição do júri nacional dos exames do ensino secundário:

21.1 — É criado, no âmbito do Departamento do Ensino Secundário, o júri nacional de exames do ensino secundário, adiante designado abreviadamente por JNE, com delegações em cada uma das direcções regionais de educação, incluindo as das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

21.2 — O JNE é constituído por:

- a) Presidente (um elemento da direcção do Departamento do Ensino Secundário);

- b) Vice-presidente (um elemento da direcção do Departamento do Ensino Secundário);
- c) Assessoria técnico-pedagógica (cinco elementos do Departamento do Ensino Secundário);
- d) Coordenadores das delegações regionais;
- e) Responsáveis de agrupamentos de escolas.

21.3 — O JNE é nomeado por despacho do membro do Governo competente, sob proposta do director do Departamento do Ensino Secundário, competindo a designação dos coordenadores das delegações regionais e dos responsáveis dos agrupamentos de escolas ao respectivo director regional ou ao Secretário Regional de Educação, nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

22 — Delegações regionais do JNE:

22.1 — As delegações regionais no continente são constituídas pelo coordenador e pelos responsáveis dos agrupamentos de escolas existentes na área dos centros de área educativa de cada região.

22.2 — As delegações nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira têm a estrutura que for decidida pelos respectivos serviços responsáveis pela educação.

22.3 — Os coordenadores das delegações regionais e os responsáveis dos agrupamentos de escolas são coadjuvados pelos professores considerados necessários ao funcionamento dos serviços respectivos, a nomear por despacho do respectivo director regional de educação, competindo a um desses professores a substituição do coordenador ou do responsável do agrupamento nas suas ausências e impedimentos.

22.4 — Podem ainda ser designados pelo director regional de educação, sob proposta do coordenador da delegação regional do JNE, os funcionários de administração escolar e de acção educativa julgados indispensáveis para assegurar os serviços da delegação regional e dos agrupamentos de escolas.

23 — Competências e âmbito de intervenção:

23.1 — Ao JNE compete:

- a) Coordenar a planificação dos exames nacionais no que respeita à realização das provas e estabelecer as normas para sua correcção e reapreciação;
- b) Promover os mecanismos de apoio à prestação das provas de exame por parte dos alunos com necessidades educativas especiais;
- c) Assegurar a correcção, classificação e reapreciação das provas dos exames finais nacionais;
- d) Garantir a reapreciação das provas de exame elaboradas ao nível de escola.

23.2 — As provas de exame cuja correcção, classificação e reapreciação competem ao JNE são as seguintes:

- a) Exames finais de âmbito nacional do 12.º ano do ensino secundário, cursos gerais e cursos tecnológicos regulados pelo Decreto-Lei n.º 286/89, de 29 de Agosto;
- b) Exames do 12.º ano da via de ensino;
- c) Exames dos cursos complementares nocturnos (liceal e técnicos) de âmbito nacional;
- d) Exames de disciplinas terminais do 11.º ano que sejam consideradas disciplinas específicas para efeitos de acesso ao ensino superior.

23.3 — A correcção e a reapreciação das provas dos exames finais nacionais do ensino secundário realizadas no estrangeiro são também da competência do JNE.

23.4 — O presidente do JNE pode delegar no vice-presidente e nos coordenadores das delegações regionais as competências que considerar necessárias ao funcionamento eficaz dos serviços de correcção e reapreciação das provas de exame, incluindo a competência para decidir os processos de reapreciação de provas e os processos de reclamação.

24 — Correcção das provas de exame:

24.1 — Para organização e distribuição do serviço de correcção das provas de exame, às direcções regionais de educação compete, na área da sua jurisdição e em parceria com o coordenador da delegação regional do JNE:

- a) Proceder ao agrupamento dos estabelecimentos de ensino que ministram o ensino secundário, abrangendo as escolas públicas e as escolas de ensino particular e cooperativo com autonomia ou paralelismo pedagógico, tendo em vista a organização do serviço de correcção das provas de exame;
- b) Propor para decisão do JNE a constituição de agrupamentos de escolas por áreas pedagógicas ou por outras referências, tendo em conta a eficácia, a operacionalização e a celeridade do processo de correcção das provas, sempre que, por razões de extensão ou outras, não seja possível fazer coincidir o agrupamento de escolas com a área geográfica do centro de área educativa;
- c) Determinar a escola sede de cada agrupamento de escolas;
- d) Constituir em cada agrupamento de escolas júris de correcção para cada disciplina com exame nacional, integrados por professores profissionalizados do respectivo grupo que prestam serviço nas escolas envolvidas, tanto nas públicas como nas privadas, a designar pelos seus órgãos de gestão ou directores pedagógicos;
- e) Estabelecer, de acordo com as normas emitidas pelo JNE, os procedimentos a observar na circulação das provas de exame dentro de cada agrupamento de escolas, em condições que salvaguardem com segurança o anonimato das provas e das escolas onde foram prestadas;
- f) Assegurar o apoio logístico e informático necessário ao funcionamento dos agrupamentos de escolas da sua área.

24.2 — A nomeação dos professores que integram os júris locais de correcção das provas de exame compete ao presidente do JNE, sob proposta do director regional de educação.

24.3 — As classificações propostas pelos professores correctores devem ser apresentadas, ainda sob anonimato, ao presidente do JNE.

24.4 — A homologação das classificações dos exames nacionais é da competência do presidente do JNE, a quem cabe também determinar a afixação das respectivas pautas nas escolas.

25 — Reapreciação das provas de exame:

25.1 — A reapreciação das provas dos exames nacionais e dos exames de equivalência à frequência, para que for apresentado o devido requerimento, é da competência do JNE.

25.2 — Ao presidente do JNE compete nomear os professores relatores, sob proposta dos directores regionais de educação, e decidir quanto aos resultados da reapreciação, tendo em conta o parecer dos relatores

e os demais procedimentos previstos no presente Regulamento dos Exames.

25.3 — O serviço de reapreciação das provas é organizado nos agrupamentos de escolas, sem prejuízo da agregação de vários agrupamentos para esse efeito.

25.4 — Aos responsáveis dos agrupamentos de escolas compete:

- a) Receber os processos de reapreciação enviados pelos estabelecimentos de ensino e verificar a sua correcta organização;
- b) Assegurar a distribuição dos processos de reapreciação pelos professores relatores;
- c) Apresentar ao presidente do JNE os processos de reapreciação para serem sujeitos à homologação da respectiva classificação final.

26 — Funcionamento interno do JNE:

26.1 — Ao JNE compete fixar o seu regulamento interno.

26.2 — Os membros do JNE ficam obrigados ao dever de sigilo em relação a toda a informação de natureza confidencial de que tenham conhecimento no exercício das suas funções.

26.3 — Os membros do JNE e os seus coadjuvantes, bem como os elementos do pessoal de administração escolar e de acção educativa designados para apoio nas delegações regionais e nos agrupamentos de escolas, ficam prioritariamente afectos à execução dos trabalhos a cargo do JNE, sendo dispensados de outros serviços nas escolas, com excepção das actividades lectivas e de avaliação escolar.

26.4 — Os serviços prestados pelos membros do JNE e pelos coadjuvantes docentes e não docentes são remunerados segundo tabela a estabelecer por despacho do membro do Governo competente.

26.5 — Os serviços de correcção e de reapreciação das provas são remunerados segundo tabela a estabelecer por despacho do membro do Governo competente.

27 — Anonimato dos professores correctores e relatores:

27.1 — Em todas as fases do processo de exames deve ser assegurado o anonimato dos professores correctores das provas, bem como dos professores relatores dos processos de reapreciação e de reclamação.

CAPÍTULO V

Procedimentos para a realização dos exames

SECÇÃO I

Inscrições

28 — Documentação:

28.1 — Todos os candidatos à prestação de provas de exame devem efectuar a sua inscrição, apresentando para o efeito os seguintes documentos:

- a) Boletim de inscrição, de modelo da Editorial do Ministério da Educação.
- b) Bilhete de identidade;
- c) Documento comprovativo do cumprimento das condições de admissão a exame;
- d) Boletim individual de saúde.

28.2 — Os candidatos que já tenham processo individual no estabelecimento de ensino em que é feita a

inscrição ficam dispensados de apresentar o documento comprovativo do cumprimento das condições de admissão a exame e o boletim individual de saúde.

28.3 — No caso dos alunos internos, os serviços de administração escolar, após as reuniões de conselho de turma do 3.º período, devem proceder ao apuramento dos alunos que reúnem as condições de admissão aos exames nos termos do n.º 33, alíneas a) e b), do regime de avaliação aprovado pelo Despacho Normativo n.º 338/93, de 21 de Outubro, e à elaboração das respectivas pautas.

28.4 — O processo de inscrição dos alunos externos referidos na alínea a) do n.º 1.3.2 deve ser instruído com o documento comprovativo da verificação das condições de admissão aos exames requeridos, a apresentar até três dias úteis antes da data de realização da primeira prova de exame.

28.5 — Os candidatos internos, externos e autopropostos que pretendam ficar abrangidos pelas disposições aplicáveis aos alunos com necessidades educativas especiais devidas a deficiência permanente devem, no acto de inscrição, apresentar requerimento nesse sentido, dirigido ao presidente do CE.

28.6 — O requerimento deve ser acompanhado de relatório de médico da especialidade ou de diagnóstico psicológico, conforme a justificação alegada, e de outros documentos que sejam considerados úteis para a avaliação da deficiência, bem como de um relatório síntese sobre os meios técnicos e pedagógicos específicos que eventualmente tenham sido utilizados.

28.7 — A comprovação da deficiência não é exigida aos alunos que a tenham apresentado anteriormente no estabelecimento de ensino em que se inscrevem ou em outro qualquer, devendo, neste caso, o requerimento do aluno ser acompanhado de fotocópia dos relatórios, devidamente autenticada pela escola onde se encontram arquivados.

28.8 — Findo o prazo de inscrição, os estabelecimentos de ensino devem elaborar listagens dos candidatos a exame que pretendem ficar abrangidos pelas disposições aplicáveis aos alunos com necessidades educativas especiais devidas a deficiência permanente e remetê-las, nos três dias úteis seguintes, acompanhadas dos boletins de inscrição e dos documentos referidos no n.º 28.6, ao Departamento do Ensino Secundário, no caso de exames nacionais ou de exames elaborados a nível de escola para os alunos deficientes auditivos de grau severo ou profundo previstos no n.º 46, ou à respectiva direcção regional de educação, no caso de exames de equivalência à frequência, para se prover à elaboração de provas adequadas.

29 — Local de inscrição:

29.1 — O boletim de inscrição, acompanhado da restante documentação, deve ser entregue, conforme o caso:

- a) Alunos internos e externos — na escola pública ou na escola do ensino particular e cooperativo com autonomia ou paralelismo pedagógico que frequentam, ou na escola pública onde se encontram matriculados;
- b) Alunos autopropostos:
 - i) Na escola pública pretendida para a realização de exames; ou
 - ii) Na escola de ensino particular e cooperativo onde se matricularam no ano lec-

tivo corrente ou onde concluíram o curso secundário em ano lectivo imediatamente anterior.

29.2 — Nenhum aluno pode realizar, no mesmo ano lectivo, exames em mais de um estabelecimento de ensino, salvo autorização expressa do presidente do JNE.

29.3 — Os alunos autopropostos que pretendam realizar exames de equivalência à frequência devem inscrever-se num estabelecimento de ensino em que sejam leccionadas as disciplinas correspondentes.

29.4 — As direcções regionais de educação podem definir escolas onde por razões de sobrelotação não seja possível aceitar inscrições para exame de alunos autopropostos.

30 — Prazos:

30.1 — A inscrição para a prestação de provas de exame decorre nos prazos definidos no calendário anual de exames.

30.2 — Os alunos que não comparecerem na 1.ª chamada são automaticamente admitidos à 2.ª chamada, sem necessidade de efectuarem reinscrição.

30.3 — Os serviços de administração escolar devem proceder ao levantamento dos candidatos que faltaram à 1.ª chamada com vista à elaboração das pautas da 2.ª chamada.

30.4 — Não pode ser admitido a realizar provas de exame na 2.ª chamada nenhum aluno que se não tenha inscrito nos prazos devidos para realização desses exames na 1.ª chamada.

30.5 — A inscrição para exames na 2.ª fase não depende da inscrição prévia na 1.ª fase.

30.6 — A inscrição para a realização de exames na 2.ª fase deve ser apresentada no prazo estabelecido no calendário anual de exames ou no prazo de três dias úteis após a definição da situação escolar do aluno em exame, se ocorrer posteriormente, e obrigatoriamente no estabelecimento de ensino onde foi efectuada a inscrição para a 1.ª fase.

30.7 — Findos os prazos anteriormente referidos, pode o presidente do CE, ponderados os reflexos da decisão no normal funcionamento do estabelecimento de ensino, autorizar inscrições para a realização de provas de exame desde que, no caso dos exames nacionais, tal autorização não implique nenhuma alteração da requisição de provas oportunamente feita à Editorial do Ministério.

30.8 — A autorização para a inscrição para exame prevista no n.º 30.7 só pode ser concedida até ao 5.º dia útil anterior ao início de cada fase dos exames nacionais, inclusive.

31 — Encargos:

31.1 — A inscrição para os exames a realizar pelos alunos na condição de internos está isenta do pagamento de propina.

31.2 — Os alunos externos e os candidatos autopropostos estão sujeitos ao pagamento de 200\$ pelo exame de cada disciplina, em qualquer das fases.

31.3 — Os encargos da inscrição para exame apresentada depois de expirado o prazo normal são acrescidos do pagamento suplementar da quantia de 1000\$, qualquer que seja o número de disciplinas e devida por todos os alunos, mesmo internos.

31.4 — Os valores previstos nos números anteriores constituem receita própria do estabelecimento de ensino.

SECÇÃO II

Realização das provas

32 — Fases de exame e número de chamadas:

32.1 — Há lugar a duas fases de exame, sendo a 1.ª em Junho/Julho e a 2.ª em Setembro, excepto para os candidatos abrangidos pelas disposições do despacho conjunto dos Ministérios da Defesa Nacional e da Educação publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 86, de 13 de Abril de 1993, os quais dispõem ainda de uma época especial em Fevereiro.

32.2 — Podem realizar exames na 2.ª fase até ao máximo de duas disciplinas terminais os alunos dos 10.º e 11.º anos que transitaram de ano não aprovados em duas disciplinas terminais ou que, com a aprovação nesses exames, venham a reunir condições de transição ao ano de escolaridade seguinte.

32.3 — Os alunos do 12.º ano que não concluíram o seu curso na 1.ª fase podem realizar na 2.ª fase qualquer número de exames das disciplinas em falta para conclusão desse curso, independentemente do ano terminal das disciplinas por aprovar, desde que reúnam as condições de admissão estipuladas no n.º 12.

32.4 — Os alunos que, por excesso de faltas, perderem direito à frequência após o termo do prazo suplementar de inscrição para exame, os alunos que anularem a matrícula em qualquer disciplina após o 5.º dia de aulas do 3.º período, bem como aqueles que, em resultado da avaliação sumativa interna realizada no 3.º período lectivo, não reúnam condições de admissão a exame, só podem apresentar-se a exame dessa disciplina na 2.ª fase, sem prejuízo do estabelecido no n.º 32.2 do presente Regulamento.

32.5 — Para os efeitos do n.º 42 do regime de avaliação aprovado pelo Despacho Normativo n.º 338/93, de 21 de Outubro, com a redacção dada pelo Despacho Normativo n.º 45/96, de 9 de Outubro, a classificação interna da disciplina mantém-se válida na 2.ª fase do mesmo ano escolar, quer o aluno tenha reprovado no exame da 1.ª fase quer se apresente a exame para efeito de melhoria de classificação.

32.6 — Na 2.ª fase não é permitida a prestação de provas de exame de disciplinas extracurriculares nem mesmo para reformulação de plano de estudos já concluído.

32.7 — Nos exames de equivalência à frequência, bem como nos exames referidos no n.º 18.1, há uma única chamada em ambas as fases, para qualquer modalidade de prova.

32.8 — Nos exames nacionais há duas chamadas na 1.ª fase e uma única chamada na 2.ª fase.

32.9 — Não é permitido aos alunos repetir na 2.ª chamada um exame já realizado na 1.ª chamada.

33 — Calendário:

33.1 — O calendário de realização das provas de exame de equivalência à frequência é fixado em cada estabelecimento de ensino pelo presidente do CE, ouvido o conselho pedagógico, devendo ser divulgado até 15 de Maio.

33.2 — Para a realização dos exames de equivalência à frequência, podem as escolas de uma mesma zona estabelecer calendário comum, em todas ou em parte das provas, para permitir modalidades de colaboração entre si, quer a nível de elaboração de provas quer a nível da realização concentrada desses exames.

33.3 — O calendário de realização das provas a nível nacional é fixado anualmente, por despacho do membro do Governo competente.

34 — Realização das provas:

34.1 — As provas de exame realizam-se no estabelecimento de ensino no qual o estudante se inscreveu, mas, sempre que tal se mostre conveniente para os serviços, pode ser determinada a sua deslocação para estabelecimento de ensino diferente.

34.2 — Na situação prevista no número anterior, o plano de distribuição dos estudantes compete ao respectivo centro de área educativa.

34.3 — As provas escritas dos exames de equivalência à frequência e dos exames nacionais são realizadas em papel de modelo oficial de modelos distintos, a requisitar à Editorial do Ministério da Educação.

35 — Pautas de chamada:

35.1 — Os serviços de administração escolar organizam, por disciplina, relação por ordem alfabética dos candidatos que se encontram nas condições legais de admissão a exame, apresentando-a ao presidente do CE.

35.2 — As pautas de chamada são afixadas na escola com uma antecedência de, pelo menos, quarenta e oito horas relativamente ao início da prova, devendo delas constar a identificação da prova (código/disciplina) e a indicação do dia, da hora e da sala em que os candidatos realizam o exame.

36 — Secretariado de exames:

36.1 — Em cada escola secundária deve ser constituído um secretariado de exames, ao qual compete, sob a responsabilidade e supervisão do órgão de gestão, a organização e o acompanhamento do serviço de exames desde a inscrição dos alunos até ao registo das classificações nos livros de termos, sem prejuízo das competências e atribuições dos serviços de administração escolar.

36.2 — O coordenador do secretariado de exames é designado pelo presidente do CE, ouvido o conselho pedagógico, de entre os professores do quadro da escola, e desempenhará as respectivas funções em ambas as fases de exame.

36.3 — De entre os professores que integram o secretariado de exames é designado um elemento que substitui o coordenador nas suas ausências e impedimentos.

37 — Correção e classificação de provas:

37.1 — A correção e classificação das provas dos exames de equivalência à frequência e dos exames previstos no n.º 18.1 é da responsabilidade de júris a constituir a nível de escola para cada disciplina.

37.2 — Os júris das provas orais são constituídos por três membros, devendo, pelo menos, dois ser, sempre que possível, professores do grupo de docência da disciplina.

37.3 — Os procedimentos relativos à realização dos exames nacionais e à correção e classificação das respectivas provas são da competência do JNE.

37.4 — Os critérios de classificação elaborados pelo GAVE são vinculativos, tendo de ser obrigatoriamente seguidos na correção, reapreciação e reclamação.

38 — Serviço de exames:

38.1 — O serviço de exames é de aceitação obrigatória.

38.2 — A dispensa do serviço de exames, se devidamente justificada, é da competência do presidente do CE.

39 — Afixação e registo das classificações de exame:

39.1 — Nos exames constituídos por mais de uma prova, a classificação final do exame é calculada pelo júri da última prova.

39.2 — As pautas de classificação das provas escritas dos exames nacionais são afixadas na escola da sua realização, nas datas prescritas para cada fase/chamada no calendário anual de exames.

39.3 — A afixação das pautas de exame constitui o único meio oficial de comunicação dos resultados de exame aos interessados, sendo por isso a partir das datas de afixação que são contados os prazos consequentes.

39.4 — É obrigatório lavar termo de todos os exames realizados, mesmo em caso de reprovação.

39.5 — Os serviços de administração escolar podem a todo o tempo proceder à rectificação dos erros de cálculo e dos erros materiais que venham a verificar-se nas pautas, nos livros de termos e nas certidões consequentes, conforme o disposto no artigo 148.º do Código do Procedimento Administrativo.

SECÇÃO III

Reapreciação das provas

40 — Possibilidade de reapreciação das provas:

40.1 — É admitida a reapreciação das provas de exame de cuja resolução haja registo em papel ou produção de trabalho tridimensional.

40.2 — Têm legitimidade para requerer a reapreciação da prova o encarregado de educação ou o próprio examinando, quando maior de 18 anos.

40.3 — A reapreciação das provas dos exames nacionais, bem como das provas dos exames de equivalência à frequência e dos exames previstos no n.º 18.1, é da competência do JNE.

41 — Consulta da prova:

41.1 — O requerimento de consulta da prova é dirigido ao presidente do CE e entregue, nos dois dias úteis imediatamente a seguir ao da publicação da respectiva classificação, nos serviços de administração escolar do estabelecimento de ensino onde foram afixados os resultados.

41.2 — Cada requerimento não pode respeitar a mais de uma prova.

41.3 — O estabelecimento de ensino deve, nos dois dias úteis seguintes, facultar a consulta da prova, dos enunciados com as cotações e dos critérios de correção e classificação da mesma, podendo ser fornecidas fotocópias desta documentação mediante o pagamento dos encargos.

41.4 — A consulta do original da prova só pode ser efectuada na presença de um elemento do órgão de gestão da escola ou de um membro do secretariado de exames.

41.5 — Os encargos referidos no n.º 41.3 são estabelecidos pelo presidente do CE, de acordo com a legislação em vigor, e constituem receita própria do estabelecimento de ensino.

42 — Requerimento de reapreciação:

42.1 — Se, após a consulta, o interessado pretender a reapreciação da prova, deve entregar nos serviços de administração escolar, nos dois dias úteis seguintes à data em que a prova lhe foi facultada, requerimento

nesse sentido, acompanhado obrigatoriamente da alegação justificativa e fazendo, no acto da entrega e mediante recibo, depósito da quantia de 3000\$.

42.2 — O requerimento referido no número anterior é feito em impresso normalizado e dirigido ao presidente do JNE.

42.3 — A alegação deve identificar expressamente as respostas cuja classificação se contesta e indicar os fundamentos da discordância de classificação, os quais só podem ser de natureza científica ou de juízo sobre a aplicação dos critérios de correcção, não podendo conter elementos identificativos do aluno ou referências à sua situação escolar, sob pena de nulidade do processo de reapreciação.

42.4 — Se o requerimento de reapreciação incidir exclusivamente sobre erro na soma das cotações, não há lugar à apresentação da alegação justificativa nem é devido o depósito de qualquer quantia.

42.5 — A quantia depositada é arrecadada no cofre da escola até decisão do processo, sendo restituída ao requerente se a classificação resultante da reapreciação for superior à inicial, passando a constituir receita própria da escola nos restantes casos.

42.6 — A correcção dos erros de soma das cotações das provas é da competência do presidente do CE, se se tratar de exames de equivalência à frequência ou de outros exames realizados a nível de escola, e é da competência do JNE, se se tratar de provas dos exames nacionais.

42.7 — Sempre que o exame for constituído por duas provas, a apresentação do requerimento de reapreciação da primeira prova não adia a prestação da segunda, desde que o requerente já tenha obtido classificação bastante para ser admitido à sua prestação.

42.8 — Na situação referida no n.º 42.7, o resultado da reapreciação da primeira prova, quando for inferior à classificação mínima exigida para acesso à segunda prova, considera-se para todos os efeitos igual a essa classificação mínima.

43 — Decisão dos requerimentos de reapreciação:

43.1 — Compete ao estabelecimento de ensino onde foi apresentado o requerimento de reapreciação promover a correcta organização do respectivo processo e enviá-lo no prazo de dois dias úteis para os serviços competentes do JNE.

43.2 — A reapreciação da prova é assegurada por um professor relator, a designar pelo JNE, e incide exclusivamente sobre as questões identificadas na alegação justificativa.

43.3 — O professor relator não pode ter corrigido e classificado a prova que é objecto de reapreciação.

43.4 — Em sede de reapreciação, é legítima e procedente a correcção de eventuais erros que o professor relator verifique na soma das cotações da totalidade dos itens da prova.

43.5 — Ao professor relator compete propor e fundamentar devidamente a nova classificação (inferior, igual ou superior à inicial) a atribuir a cada uma das respostas expressamente objectivadas na alegação justificativa, mantendo inalteradas as classificações iniciais das demais respostas.

43.6 — A classificação resultante da incorporação da proposta do professor relator passa a constituir a classificação final da prova, após homologação pelo presidente do JNE.

43.7 — Em caso de discrepância notória entre a proposta apresentada pelo professor relator e a classificação

inicial da prova ou na ocorrência de circunstâncias objectivas excepcionais, o presidente do JNE pode mandar reapreciar a prova por um segundo professor relator ou recorrer a outros procedimentos adequados para estabelecer a classificação final da prova.

43.7.1 — Para os efeitos referidos no ponto anterior, entende-se por discrepância notória a diferença igual ou superior a 25 pontos entre a classificação resultante da incorporação da classificação proposta pelo professor relator e a classificação inicial da prova.

43.8 — O segundo relator reaprecia de novo a prova nos termos referidos no n.º 43.5, com conhecimento da proposta do primeiro relator.

43.9 — A classificação resultante da incorporação da proposta do segundo professor relator passa a constituir a classificação final da prova, após homologação pelo presidente do JNE.

43.10 — A classificação final da reapreciação pode ser inferior à classificação atribuída aquando da correcção da prova, não podendo, no entanto, implicar em caso algum a reprovação do aluno quando este já tiver sido aprovado com base na classificação inicial, caso em que a classificação final da reapreciação será a mínima necessária para garantir a aprovação na disciplina.

43.11 — A decisão da reapreciação é definitiva para todos os efeitos legais, sem prejuízo do disposto adiante no n.º 44.

43.12 — O JNE, após a decisão, devolve aos estabelecimentos de ensino os processos de reapreciação, acompanhados de alegações, pareceres dos professores relatores e das grelhas de classificação para eventual consulta, quando requerida pelos interessados.

43.13 — Os resultados das reapreciações são afixados nas escolas na data prescrita no calendário anual de exames.

43.14 — A afixação referida no n.º 43.13 constitui o único meio oficial de comunicação dos resultados da reapreciação aos interessados, sendo, por isso, a partir das datas de afixação que são contados todos os prazos consequentes.

44 — Reclamações:

44.1 — Da decisão que recaiu sobre o requerimento de reapreciação pode ainda haver reclamação, a apresentar ao presidente do JNE.

44.2 — Apenas constituem fundamento de reclamação o erro científico na classificação das provas, a suspeita de vício processual e a invocação da prática de facto susceptível de indiciar ilícito disciplinar, sendo indeferidas liminarmente as reclamações baseadas em quaisquer outros fundamentos.

44.3 — A reclamação é apresentada directamente na escola onde foi realizado o exame, no prazo de cinco dias úteis a contar da data da afixação prevista no n.º 43.13, e imediatamente remetida, acompanhada de todo o processo de reapreciação, aos serviços centrais do JNE.

44.4 — O presidente do JNE aprecia e decide da reclamação no prazo máximo de 30 dias úteis contados a partir da data da apresentação da reclamação na escola, recorrendo, se necessário, a pareceres de peritos e da Inspeção-Geral da Educação.

44.5 — Em caso de deferimento da reclamação, a decisão deve determinar as diligências necessárias à reposição da legalidade e à instauração de processo de averiguações, se a tal houver lugar.

CAPÍTULO VI

Situções especiais de exame

45 — Candidatos com deficiência permanente:

45.1 — Os candidatos com deficiência permanente devidamente comprovada prestam em cada curso as provas de exame previstas para os restantes examinandos, podendo, no entanto, beneficiar de condições especiais ao abrigo do Decreto-Lei n.º 319/91, de 23 de Agosto.

45.2 — As condições especiais referidas no número anterior dependem de autorização prévia do JNE.

45.3 — O Departamento do Ensino Secundário elabora as instruções que se tornem necessárias relativamente a aspectos específicos a considerar na realização das provas de exame dos alunos com deficiência permanente.

45.4 — As pautas de exame não devem mencionar a deficiência do aluno.

46 — Candidatos com deficiência auditiva de grau severo ou profundo:

46.1 — A avaliação sumativa externa dos alunos com necessidades educativas especiais devidas a deficiências auditivas de grau severo ou profundo que frequentam o 12.º ano dos cursos do ensino secundário reveste a forma de exames a nível de escola, permitindo a obtenção do diploma de conclusão do ensino secundário.

46.2 — A avaliação sumativa externa dos alunos com necessidades educativas especiais devidas a deficiências auditivas de grau severo ou profundo que frequentam o 12.º ano dos cursos do ensino secundário e pretendam candidatar-se ao ensino superior reveste a forma de:

46.2.1 — Prestação de exame nacional na disciplina de Português B, mediante a realização de uma prova elaborada com a participação de especialistas em deficiência auditiva;

46.2.2 — Prestação de exame nacional nas disciplinas que queiram eleger como provas de ingresso para candidatura ao ensino superior;

46.2.3 — Prestação de exames a nível de escola nas restantes disciplinas sujeitas a exame nacional.

46.3 — A elaboração das provas de exame a nível de escola previstas nos n.ºs 46.1 e 46.2.3 deve contemplar os mesmos objectivos e conteúdos estabelecidos para os correspondentes exames nacionais.

46.4 — As provas referidas nos n.ºs 46.1 e 46.2.3 são elaboradas sob a orientação e responsabilidade do conselho pedagógico, que define os respectivos critérios de elaboração e correcção por proposta do grupo disciplinar ou do departamento curricular, com observância do disposto nos n.ºs 17.1, alíneas a), e), f) e g), e 17.2.

46.5 — Os alunos que tenham obtido o diploma do ensino secundário nos termos do n.º 46.1 e decidam posteriormente candidatar-se ao ensino superior ficam sujeitos ao disposto nos n.ºs 46.2.1 e 46.2.2 do presente normativo, sendo nesta situação indispensável obter no exame nacional da disciplina de Português B classificação igual ou superior a 10 valores, calculada por arredondamento às unidades.

46.6 — Os alunos que já tenham concluído o ensino secundário poderão obter melhoria de classificação nas disciplinas que não elegeram como provas de ingresso para candidatura ao ensino superior mediante a realização de exame a nível de escola prestado na situação de alunos autopropostos e nas condições legalmente adiante estabelecidas para os exames de melhoria de classificação.

46.7 — A correcção e classificação das provas de todos os exames previstos nos n.ºs 46.2, 46.5 e 46.6 é

da responsabilidade do JNE, sendo assegurada, sempre que possível, por professores especializados no acompanhamento de alunos com deficiência auditiva.

47 — Exames de disciplinas em atraso:

47.1 — Os alunos que se encontram a frequentar os 11.º ou 12.º anos e no mesmo ano lectivo se matricularam em anos curriculares anteriores de disciplinas plurianuais em que não tenham progredido podem ser admitidos ao exame final destas disciplinas, não determinando a eventual reprovação em exame a anulação da classificação obtida na frequência do ano ou anos curriculares anteriores.

47.2 — Os exames referidos no número anterior só podem ser prestados quando o aluno tenha estado ou estiver matriculado no ano curricular em que essa disciplina é terminal.

48 — Exames para melhoria de classificação:

48.1 — Os alunos que, tendo obtido aprovação em disciplinas terminais dos 10.º, 11.º ou 12.º anos, pretendam melhorar a sua classificação podem requerer exame na 2.ª fase do ano escolar em que concluíram a disciplina e em ambas as fases de exames do ano escolar seguinte.

48.2 — Para efeito de melhoria de classificação, são válidos somente os exames prestados mediante provas de disciplinas dos mesmos programa e plano de estudos em que o aluno obteve a primeira aprovação.

48.3 — Não é permitida a realização de exames de melhoria de classificação em disciplinas cuja aprovação foi obtida noutros sistemas de ensino ou concedida mediante despacho de equivalência.

48.4 — Só será considerada a nova classificação caso seja superior à anteriormente obtida.

48.5 — O exame para melhoria de classificação deve ser efectuado no mesmo estabelecimento de ensino em que foi obtida a primeira aprovação, salvo situações especiais a decidir pelo JNE.

48.6 — O disposto no n.º 48.5 não é aplicável aos alunos que no ano escolar em que requerem exames para melhoria de classificação estejam matriculados em escola do ensino público ou do ensino particular e cooperativo com autonomia ou paralelismo pedagógico, devendo, neste caso, os exames ser prestados na escola frequentada.

48.7 — A inscrição nos exames para melhoria de classificação deve ser efectuada nos mesmos prazos estabelecidos para as inscrições gerais.

48.8 — Pela inscrição em exame para melhoria de classificação é devida a quantia de 500\$ por disciplina, a pagar por todos os alunos, mesmo internos, quantia que constitui receita própria do estabelecimento de ensino.

49 — Admissão condicional:

49.1 — Podem ser admitidos condicionalmente à prestação de provas de exame os candidatos cuja situação escolar suscite dúvidas que não possam estar esclarecidas até ao momento da prestação das provas de exame requeridas.

49.2 — Os alunos nesta situação têm obrigatoriamente de suprir a informação relativa à sua situação escolar até à data de afixação das classificações dos exames da fase em que prestaram provas.

50 — Irregularidades:

50.1 — A ocorrência de quaisquer situações anómalas durante a realização da prova deve ser comunicada de imediato ao presidente do CE, o qual decide do procedimento a adoptar, devendo ser posteriormente ela-

borado relatório do acontecido para comunicação ao JNE.

50.2 — A indicação no papel de prova de elementos susceptíveis de identificarem o examinando implica a anulação da prova pelo JNE.

50.3 — A utilização de expressões desrespeitosas no papel da prova de exame é passível de procedimento disciplinar, a propor pelo JNE à entidade competente para o instaurar.

50.4 — Os procedimentos anteriormente referidos são adoptados sem prejuízo de ulterior procedimento criminal.

51 — Fraudes:

51.1 — Ao professor vigilante compete anular imediatamente as provas dos examinandos e de eventuais cúmplices que no decurso da realização da prova de exame cometam ou tentem cometer inequivocamente qualquer fraude, não podendo esses examinandos abandonar a sala até ao fim do tempo de duração da prova.

51.2 — A anulação da prova deve ser imediatamente comunicada ao órgão de gestão do estabelecimento de ensino, mediante relatório devidamente fundamentado, ficando em arquivo na escola a prova anulada, bem como outros elementos de comprovação da fraude, para eventuais averiguações.

51.3 — A suspeita de fraude levantada durante o processo de correcção da prova de exame obriga à elaboração de um relatório fundamentado em ordem à eventual anulação da prova, após as diligências consideradas necessárias.

51.4 — A anulação da prova na situação prevista no número anterior é da competência do presidente do CE do estabelecimento de ensino onde se realizou a prova ou do presidente do JNE, conforme se trate de exame de equivalência à frequência ou de exame nacional.

CAPÍTULO VII

Cursos secundários em vias de extinção — Disposições específicas

SECÇÃO I

Cursos complementares nocturnos (liceal e técnico)

52 — Condições de admissão a exame:

52.1 — No presente ano lectivo, os candidatos a exame dos cursos complementares nocturnos inscrevem-se para a prestação das provas de exame na qualidade de autopostos.

52.2 — Podem inscrever-se para admissão a exame os candidatos que possuam o 3.º ciclo do ensino básico ou outra habilitação equivalente e a idade mínima de 17 anos.

53 — Apuramento das classificações finais:

53.1 — O curso complementar liceal nocturno é constituído por seis disciplinas, sendo uma delas obrigatoriamente a de Português.

53.2 — Nos cursos complementares nocturnos (liceal e técnicos), a classificação final corresponde, nas disciplinas anuais, à classificação de frequência e, nas disciplinas bienais, à média aritmética simples, arredondada às unidades, das classificações de frequência do 1.º e do 2.º anos da disciplina.

53.3 — A classificação final do curso é expressa pela média aritmética simples, arredondada às unidades, das

classificações finais de todas as disciplinas que o integram.

54 — Constituição dos exames e duração das provas:

54.1 — Os exames dos cursos complementares nocturnos (liceal e técnicos) são constituídos, em cada disciplina, pelas provas constantes dos anexos III e IV ao presente Regulamento, dos quais consta também a respectiva duração.

54.2 — Os alunos dos cursos complementares nocturnos podem realizar na 2.ª fase todos os exames necessários para a conclusão do seu curso.

55 — Prestação de prova oral nos cursos complementares nocturnos:

55.1 — Os alunos que obtiverem na prova escrita classificação inferior a 7,5 valores consideram-se desde logo reprovados.

55.2 — Os alunos realizam obrigatoriamente a prova oral se obtiverem na prova escrita classificação igual ou superior a 7,5 valores.

55.3 — Os alunos que obtiverem na prova escrita classificação igual ou superior a 11,5 valores ficam dispensados da prova oral, podendo, no entanto, realizá-la na mesma fase/chamada para efeito de melhoria de classificação se a requerem nos dois dias úteis imediatamente seguintes ao da afixação das pautas.

55.4 — Nas provas orais há uma única chamada.

55.5 — Cada escola constituirá os júris necessários à realização das provas orais, os quais são constituídos por três membros, devendo, pelo menos, dois ser, sempre que possível, professores do grupo de docência da disciplina.

56 — Classificação de exame:

56.1 — Nas disciplinas com exame constituído por uma única prova, a classificação de exame é a obtida na prova realizada, com arredondamento às unidades.

56.2 — Nas disciplinas com exame constituído por duas provas, a classificação de exame é expressa pela média aritmética simples, e arredondada às unidades, das classificações obtidas pelo aluno em cada uma das provas realizadas, também estas arredondadas às unidades.

SECÇÃO II

12.º ano da via de ensino

57 — Situações especiais de avaliação da frequência:

57.1 — Sempre que, em qualquer disciplina, o número de aulas dadas durante todo o ano lectivo não tenha atingido o mínimo de oito semanas nessa disciplina não será atribuída classificação anual de frequência, considerando-se o aluno aprovado na disciplina.

57.2 — O aluno poderá, para obtenção de classificação nessa disciplina, repetir a frequência ou requerer a admissão ao correspondente exame, o qual poderá ser prestado logo na 1.ª fase do mesmo ano lectivo.

57.3 — A repetição da frequência ou a prestação da prova de exame não anula, independentemente do resultado obtido, a aprovação consignada no n.º 57.1.

57.4 — Quando, por motivo da exclusiva responsabilidade da escola, não existirem em qualquer disciplina elementos de avaliação respeitantes ao 3.º período, o aluno considera-se aprovado nessa disciplina desde que a classificação obtida no 2.º período não tenha sido inferior a 7 valores.

57.5 — Na situação referida no número anterior o aluno poderá optar por:

- a) Aprovação na disciplina, sem atribuição de classificação;

- b) Aprovação na disciplina, sendo considerada como classificação anual de frequência a obtida no 2.º período.

57.6 — O disposto nos n.ºs 57.2 e 57.3 é aplicável aos alunos abrangidos pelas alíneas a) e b) do número anterior.

57.7 — Se o aluno optar pela solução prevista na alínea a) do n.º 57.5, para apuramento da classificação final do 12.º ano apenas serão consideradas as disciplinas em que foi atribuída classificação.

57.8 — A opção pela classificação do 2.º período prevista na alínea b) do n.º 57.5 deverá constar de declaração escrita, assinada pelo encarregado de educação do aluno ou por este, quando maior, a apresentar em prazo a fixar pela escola.

57.9 — A não existência de elementos de avaliação respeitantes ao 3.º período em consequência da falta de assiduidade do aluno motivada por doença prolongada, pelo cumprimento do serviço militar obrigatório ou ainda por impedimento legal devidamente comprovado, determinará que, para todos os efeitos, a classificação anual de frequência em cada disciplina seja a classificação que ao aluno foi atribuída no final do 2.º período.

58 — Condições de admissão a exame:

58.1 — Os candidatos a provas de exame do 12.º ano da via de ensino que não estiveram matriculados no ensino público ou ensino secundário particular e cooperativo ou anularam a matrícula em qualquer disciplina até ao 5.º dia de aulas do 3.º período podem inscrever-se para admissão a exame, desde que tenham aprovação num curso complementar ou outra habilitação considerada equivalente e a idade mínima de 18 anos.

59 — Constituição dos exames e duração das provas:

59.1 — Os exames do 12.º ano da via de ensino são constituídos, em cada disciplina, pelas provas constantes do anexo V ao presente Regulamento, do qual consta também a respectiva duração.

59.2 — Os alunos do 12.º ano da via de ensino podem realizar na 2.ª fase todos os exames necessários para a conclusão do seu curso.

60 — Classificação de exame:

60.1 — A classificação de exame é a obtida na prova escrita, com arredondamento às unidades.

61 — Classificação final de curso:

61.1 — No 12.º ano da via de ensino, a classificação final de curso corresponde à média aritmética simples, arredondada às unidades, das classificações finais nas três disciplinas que integram o curso.

CAPÍTULO VIII

Certificação

62 — Diploma:

62.1 — Aos estudantes que completem os cursos secundários abrangidos pelo presente despacho, com excepção dos cursos do 12.º ano da via de ensino, poderá ser emitido o correspondente diploma, mediante requerimento do interessado.

62.2 — Os diplomas registam, além da classificação final do curso, as classificações finais de cada uma das disciplinas que o integram, com a indicação, no caso das disciplinas de Língua Estrangeira, do número de anos de aprendizagem.

62.3 — Aos alunos que o requeriram podem ser emitidas certidões do diploma do curso, com discriminação das classificações obtidas em cada uma das disciplinas que o constituem.

63 — A titularidade do 12.º ano da via de ensino é comprovada por certidão emitida a requerimento do aluno, não havendo lugar à passagem de diploma.

CAPÍTULO IX

Provas de ingresso no ensino superior

64 — Ficam sujeitos ao regime de exame nacional, nas condições estabelecidas neste Regulamento, os exames a prestar pelos candidatos ao ensino superior em disciplinas terminais do 11.º ano que se constituam como provas de ingresso para candidatura.

65 — Não é permitido realizar na mesma fase, para efeitos de acesso ao ensino superior, mais que um exame da mesma disciplina.

65.1 — Para o efeito, consideram-se da mesma disciplina os exames prestados mediante provas com igual designação e código diferentes dentro do mesmo plano de estudos ou mediante provas de disciplinas homónimas de planos de estudo diferentes.

66 — Os exames prestados exclusivamente como provas de ingresso só contam para a melhoria da classificação do curso secundário válida para acesso ao ensino superior se forem prestados mediante as provas referidas no n.º 48.2.

67 — Nos exames prestados exclusivamente como provas de ingresso para candidatura ao ensino superior não há lugar a realização de prova oral.

ANEXO I

(a que se refere o n.º 9)

Exames de equivalência à frequência

A) Componente de formação geral

Disciplina	Tipo de prova	Duração (minutos)
Introdução à Filosofia	Escrita	90
Língua Estrangeira	Duas provas:	
	Escrita	90
	Oral (a)	10 a 20

(a) Prova oral obrigatória (n.º 9.3 do Regulamento dos Exames).

B) Componente de formação específica

Disciplina	Tipo de prova	Duração (minutos)
Ciências Físico-Químicas	Escrita	90
Ciências da Terra e da Vida	Escrita	90
Introdução à Economia	Escrita	(a) 90
Geografia	Escrita	(a) 90

(a) Quando este exame for prestado como exame nacional para efeito de acesso ao ensino superior (prova de ingresso), a duração da prova é alterada para cento e vinte minutos.

C) Componente de formação técnica dos cursos de carácter geral

(exame no final de cada bloco/ano)

Disciplina	Tipo de prova	Duração (minutos)
Oficina de Expressão Dramática I, II, III	Duas provas: Escrita	90
	Prática	120
Oficina de Artes I, II, III	Teórico-prática (prova única)	120+tolerância de 30
Técnicas de Organização Empresarial: I (seis horas), II (seis horas)	Escrita	90
I (três horas), II (três horas), III (seis horas)		
I (três horas), II (seis horas), III (três horas)		
Técnicas Laboratoriais de Física I, II, III	Teórico-prática (prova única)	120+tolerância de 30
Técnicas Laboratoriais de Química I, II, III	Teórico-prática (prova única)	120+tolerância de 30
Técnicas Laboratoriais de Biologia I, II, III	Teórico-prática (prova única)	120+tolerância de 30
Técnicas Laboratoriais de Geologia I, II, III	Teórico-prática (prova única)	120+tolerância de 30
Desporto I, II, III	Duas provas: Escrita	90
	Prática	120
Introdução às Tecnologias de Informação: I (seis horas)	Duas provas: Escrita	30
I (três horas), II (três horas)	Prática	60+tolerância de 30
Aplicações de Electrónica I, II, III	Duas provas: Escrita	90
	Prática	120+tolerância de 30
Desenho Técnico de Construção Civil I, II, III	Teórico-prática (prova única)	180
Desenho Técnico de Mecânica I, II, III	Prática	180
Técnicas de tradução: Alemão I, II/Francês I, II/Inglês I, II	Escrita	90
Métodos Quantitativos	Escrita	90
Oferta própria	A definir pela escola	Entre 90 e 120

D) Componente de formação técnica dos cursos tecnológicos

Disciplina	Tipo de prova	Duração (minutos)
Desenho e Geometria Descritiva B	Prática	90+tolerância de 30
Tecnologias (Construção Civil)	Escrita	90
Práticas Oficiais e Laboratoriais (Construção Civil)	Teórico-prática (prova única)	180+tolerância de 30
Electricidade	Escrita	90
Tecnologias (Electrotecnia/Electrónica)	Escrita	90
Práticas Oficiais e Laboratoriais (Electrotecnia/Electrónica)	Duas provas: Escrita	90
	Prática	180+tolerância de 30
Técnicas e Linguagens de Programação	Escrita	90
Tecnologias (Informática)	Escrita	90
Aplicações Informáticas	Teórico-prática (prova única)	180+tolerância de 30
Tecnologias (Mecânica)	Escrita	90
Práticas Oficiais e Laboratoriais (Mecânica)	Teórico-prática (prova única)	180+tolerância de 30
Bioquímica	Teórico-prática (prova única)	180+tolerância de 30

Disciplina	Tipo de prova	Duração (minutos)
Tecnologias (Química)	Teórico-prática (prova única)	180+tolerância de 30
Práticas Oficinas e Laboratoriais (Química)	Teórico-prática (prova única)	180+tolerância de 30
Métodos Quantitativos	Escrita	90
Tecnologias (Design)	Teórico-prática (prova única)	180+tolerância de 30
Oficina de Design	Teórico-prática (prova única)	180+tolerância de 30
Oficina de Arte	Teórico-prática (prova única)	180+tolerância de 30
Tecnologias (Artes e Ofícios)	Teórico-prática (prova única)	180+tolerância de 30
Tecnologias (Administração)	Teórico-prática (prova única)	120
Trabalhos de Aplicação (Administração)	Teórico-prática (prova única)	180+tolerância de 30
Tecnologias (Serviços Comerciais)	Teórico-prática (prova única)	120
Trabalhos de Aplicação (Serviços Comerciais)	Teórico-prática (prova única)	180+tolerância de 30
Tecnologias (Animação Social)	Teórico-prática (prova única)	120
Trabalhos de Aplicação (Animação Social)	Prática	180+tolerância de 30
Tecnologias (Comunicação)	Teórico-prática (prova única)	120
Trabalhos de Aplicação (Comunicação)	Prática	120

ANEXO II

(a que se refere o n.º 13)

Exames finais de âmbito nacional**A) Componente de formação geral**

Disciplina	Tipo de prova	Duração (minutos)
Português A e B	Escrita	120

B) Componente de formação específica

Disciplina	Tipo de prova	Duração (minutos)
Matemática	Escrita	120
Física	Escrita	120
Química	Escrita	120
Biologia	Escrita	120
Geologia	Escrita	120
Psicologia	Escrita	120
Desenho e Geometria Descritiva A	Prática	150
Desenho e Geometria Descritiva B	Prática	120
História de Arte	Escrita	120
Materiais e Técnicas de Expressão Plástica	Teórico-prática (prova única)	210
Teoria do Design	Escrita	120
Sociologia	Escrita	120
História	Escrita	120
Introdução ao Desenvolvimento Económico e Social	Escrita	120
Introdução ao Direito	Escrita	120
Língua Estrangeira	Escrita	120
Filosofia	Escrita	120
Latim	Escrita	120
Grego	Escrita	120

C) Componente de formação técnica dos cursos tecnológicos

Disciplina	Tipo de prova	Duração (minutos)
Desenho Técnico (Construção Civil)	Prática	210
Sistemas Digitais	Escrita	120
Estrutura, Organização e Tratamento de Dados	Escrita	120
Desenho Técnico (Mecânica)	Prática	210
Ciências do Ambiente	Escrita	120
Teoria da Arte e do Design	Escrita	120
Teoria do Design	Escrita	120
Psicossociologia (Administração)	Escrita	120
Língua Estrangeira (Serviços Comerciais)	Escrita	120
Psicologia (Serviços Comerciais)	Escrita	120
Psicossociologia (Animação Social)	Escrita	120
Comunicação e Difusão	Escrita	120

ANEXO III

(a que se refere o n.º 54.1)

Cursos complementares nocturnos (liceal e técnicos)**Disciplinas com exame nacional**

Disciplinas	Primeira prova		Segunda prova — Tipo de prova
	Tipo de prova	Duração (minutos)	
Português	Escrita	120	Oral (a).
Francês (CCLN)	Escrita	120	Oral (a).
Francês (CCTN)	Escrita	120	Oral (a).
Inglês	Escrita	120	Oral (a).
Física	Escrita	120	Oral (a).
Química	Escrita	120	Oral (a).
Matemática (CCLN)	Escrita	120	Oral (a).
Matemática (CCTN)	Escrita	120	Oral (a).
Introdução à Política	Escrita	120	Oral (a).
História	Escrita	120	Oral (a).
Filosofia	Escrita	120	Oral (a).
Geografia	Escrita	120	Oral (a).
Ciências Naturais	Escrita	120	Oral (a).
Ciências Físico-Químicas	Escrita	120	Oral (a).
Alemão	Escrita	120	Oral (a).
Latim	Escrita	120	Oral (a).
Grego	Escrita	120	Oral (a).
Desenho	Escrita	120	Oral (a).

(a) As provas orais não deverão ter duração inferior a quinze minutos nem superior a trinta minutos.

ANEXO IV

(a que se refere o n.º 54.1)

Cursos complementares nocturnos técnicos**Disciplinas com exame a nível de escola**

Disciplinas	Primeira prova		Segunda prova — Tipo de prova
	Tipo de prova	Duração (minutos)	
Geografia (Economia)	Escrita	90	Oral (a).
História (CCTN)	Escrita	90	Oral (a).
Filosofia (Psicologia)	Escrita	90	Oral (a).
História da Expressão Gráfica	Escrita	90	Oral (a).
Teoria do Design e Comunicação	Escrita	90	Oral (a).
Desenho e Composição Gráfica	Prática	240	—
Fotografia	Prática	240	—
Desenho e Composição	Prática	240	—
Técnicas Oficiais	Prática	240	—
Processos Gerais de Construção	Escrita	90	Oral (a).
Resistência de Materiais	Escrita	90	Oral (a).
Desenho de Construção Civil	Prática	(180+180)	—
Betão Armado	Escrita	90	Oral (a).
Medições, Custos e Orçamentos	Escrita	90	—
Economia Política	Escrita	90	—
Iniciação à Estatística	Escrita	90	—
Organização e Métodos	Escrita	90	—
Noções de Fiscalidade	Escrita	90	—
Cálculo Financeiro	Escrita	90	—
Contabilidade	Prática	120	—
Electrotecnia	Escrita	90	Oral (a).
Instalações Eléctricas	Escrita	90	Oral (a).
Desenho Esquemático	Prática	180	—
Luminotecnia	Escrita	90	—
História do Equipamento Ambiental	Escrita	90	Oral (a).
Geometria Descritiva	Escrita	90	Oral (a).
Desenho de Arquitectura e Mobiliário	Prática	240	—
Equipamento e Decoração	Prática	240	—
Materiais e Estruturas	Escrita	90	Prática (b).
Filme Experimental, Ensaio e Videotape	Prática	240	—
Noções de Informática e Computadores	Escrita	90	—
Técnicas de Programação	Escrita	90	—
Análise de Sistemas	Prática	120	Oral (a).
Elementos de Programação Fortran	Prática	(180+180)	—
Elementos de Programação Cobol	Prática	(180+180)	—
História das Indústrias do Fogo	Escrita	90	Oral (a).
Física e Químicas Aplicadas	Prática	120	Oral (a).
Teoria Geral de Máquinas	Escrita	90	Oral (a).
Máquinas e Ferramentas	Escrita	90	Oral (a).
Desenho de Construções Mecânicas	Prática	180	—
Princípios de Metrologia	Escrita	90	Oral (a).

Disciplinas	Primeira prova		Segunda prova — Tipo de prova
	Tipo de prova	Duração (minutos)	
Processos Químicos de Fabrico	Escrita	90	Prática (c).
Elementos de Química-Física	Escrita	90	Prática (c).
Química Analítica	Escrita	90	Prática (c).
Electrónica Geral	Escrita	90	Oral (a).
Tecnologia Electrónica	Escrita	90	Oral (a).
Telecomunicações	Escrita	90	Oral (a).
Sistemas Digitais	Escrita	90	—
Estenografia	Prática	120	—
Esteno-Dactilografia	Prática	120	—
Esteno-Dactilografia em Francês	Prática	120	—
Esteno-Dactilografia em Inglês	Prática	120	—
Relações Públicas e Publicidade	Escrita	90	Oral (a).
Práticas de Secretariado	Prática	120	Oral (a).
Preparação de Fibras Têxteis	Prática	120	—
Fibras Químicas	Escrita	90	Oral (a).
Análise e Cálculo de Tecidos	Prática	180	—
Fiação e Tecelagem com Produção Controlada	Prática	180	—
Tintagem e Acabamento	Prática	180	—
Topografia	Prática	240	Oral (a).
Geometria Descritiva e Projectiva	Escrita	120	—
Elementos de Geodesia e Cartografia	Escrita	90	—
Química (inclui Bioquímica no 2.º ano)	Escrita	90	Oral (a).
Elementos de Fotogrametria	Escrita	90	—
Estudos do Mercado	Escrita	90	Oral (a).
Técnicas de Vendas	Escrita	90	Oral (a).
Comercialização	Escrita	90	Oral (a).
Técnicas de Comercialização	Escrita	90	Oral (a).

(a) As provas orais não deverão ter duração inferior a quinze minutos nem superior a trinta minutos.

(b) Esta prova prática tem a duração de trezentos e sessenta minutos.

(c) Estas provas práticas têm a duração de cento e vinte minutos.

ANEXO V

(a que se refere o n.º 59.1)

12.º ano da via de ensino

Exames nacionais

Disciplinas	Prova única	
	Tipo de prova	Duração (minutos)
Disciplinas base:		
Matemática	Escrita	120
Filosofia	Escrita	120
Literatura Portuguesa	Escrita	120
Desenho	Escrita	120
Disciplinas de opção:		
Física	Escrita	120
Química	Escrita	120
Biologia	Escrita	120
Geologia	Escrita	120
Geometria Descritiva	Escrita	120
Geografia	Escrita	120
História	Escrita	120
Francês	Escrita	120
Inglês	Escrita	120
Alemão	Escrita	120
Latim	Escrita	120
Grego	Escrita	120
História das Artes Visuais	Escrita	120

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

Presidência do Governo

Decreto Regulamentar Regional n.º 8/2000/M

Altera o Decreto Regulamentar Regional n.º 13-B/97/M, de 15 de Julho

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, na redacção dada pela Lei n.º 44/99,

de 11 de Junho, e do Decreto Legislativo Regional n.º 23/99/M, de 26 de Agosto, verificou-se uma necessidade premente de se proceder à reorganização da orgânica da Direcção Regional de Administração e Pessoal da Secretaria Regional de Educação, mais concretamente no que toca à reorganização da área administrativa.

Deste modo, importa dar execução ao estatuído nos diplomas acima referidos, procedendo-se à alteração daquela orgânica.

Assim:

Nos termos da alínea *d*) do n.º 1 do artigo 227.º e do n.º 5 do artigo 231.º da Constituição da República Portuguesa, das alíneas *c*) e *d*) do artigo 69.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma da Madeira, revisto pela Lei n.º 130/99, de 21 de Agosto, e do Decreto Legislativo Regional n.º 23/99/M, de 26 de Agosto, o Governo Regional da Madeira decreta o seguinte:

Artigo 1.º

A estrutura orgânica da Direcção Regional de Administração e Pessoal, aprovada pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 13-B/97/M, de 15 de Julho, é alterada nos termos dos artigos seguintes.

Artigo 2.º

Os artigos 9.º, 10.º, 12.º e 13.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 13-B/97/M, de 15 de Julho, passam a ter a seguinte redacção:

«Artigo 9.º

Divisão de Pessoal Docente

- 1 —
- a*)
- b*)
- c*)

2 — Na dependência da Divisão de Pessoal Docente funciona o Departamento de Apoio Administrativo.

Artigo 10.º

Departamento de Apoio Administrativo

1 — O Departamento de Apoio Administrativo é o órgão de apoio administrativo e logístico da DSPD, com atribuições em matérias de expediente, registo, arquivo, pessoal e assuntos de natureza genérica.

2 — O Departamento de Apoio Administrativo compreende quatro secções:

- a*)
- b*)
- c*)
- d*)

Artigo 12.º

Divisão de Pessoal não Docente

- 1 —
- a*)
- b*)
- c*)
- d*)

2 — Na dependência da Divisão de Pessoal não Docente funciona o Departamento de Apoio Administrativo.

Artigo 13.º

Departamento de Apoio Administrativo

1 — O Departamento de Apoio Administrativo é o órgão de apoio administrativo e logístico da DSPnD com atribuições em matéria de expediente, registo, arquivo, pessoal e assuntos de natureza genérica.

2 — O Departamento de Apoio Administrativo compreende duas secções:

- a*)
- b*)

Artigo 3.º

Inserido no capítulo III do Decreto Regulamentar Regional n.º 13-B/97/M, de 15 de Julho, é aditado o artigo 15.º-A, com a seguinte redacção:

«Artigo 15.º-A

Regras de transição para chefe de departamento

1 — Os chefes de repartição transitam, independentemente de quaisquer formalidades, para a categoria de chefe de departamento.

2 — A transição faz-se para índice igual ou imediatamente superior àquele em que actualmente se encontram posicionados.

3 — Quando da transição resultar um impulso igual ou inferior a 10 pontos, o tempo de serviço no escalão de origem conta para efeito de progressão na nova categoria.

4 — O disposto no presente artigo não prejudica a faculdade de os actuais chefes de repartição optarem pela integração na carreira técnica superior, nos termos do disposto no artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, na redacção dada pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho.

5 — A transição produz efeitos a partir da data de integração na nova categoria.

6 — Os lugares de chefe de departamento são a extinguir quando vagarem.»

Artigo 4.º

Os quadros de pessoal a que se refere o mapa anexo ao Decreto Regulamentar Regional n.º 13-B/97/M, de 15 de Julho, passam a ser os constantes do mapa anexo ao presente diploma.

Artigo 5.º

O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovado em Conselho do Governo Regional em 17 de Janeiro de 2000.

Pelo Presidente do Governo Regional, *José Paulo Baptista Fontes*.

Assinado em 15 de Fevereiro de 2000.

Publique-se.

O Ministro da República para a Região Autónoma da Madeira, *Antero Alves Monteiro Diniz*.

ANEXO A QUE SE REFERE O ARTIGO 4.º DO PRESENTE DIPLOMA

Direcção Regional de Administração e Pessoal

Grupo de pessoal	Qualificação profissional — Área funcional	Carreira	Categoria	Número de lugares	Lugares a extinguir	Escalaões													
						1	2	3	4	5	6	7	8						
Pessoal dirigente . . .			Director regional . . . Director de serviços Chefe de divisão . . . Coordenador	1 2 2 1															
Pessoal técnico superior.	Conceber e desenvolver projectos, elaborar pareceres e estudos e prestar apoio técnico no âmbito das respectivas formações e especialidades.	Técnico superior	Assessor principal Assessor	9		710 610	770 660	830 690	900 730										
			Técnico superior principal. Técnico superior de 1.ª classe. Técnico superior de 2.ª classe.	10	510 460 400	560 475 415	590 500 435	650 545 455											
	Funções de mera consulta jurídica, emitindo pareceres e elaborando estudos jurídicos.	Consultor jurídico	Consultor jurídico assessor principal. Consultor jurídico assessor.	6	710 610	770 660	830 690	900 730											
			Consultor jurídico superior principal. Consultor jurídico superior de 1.ª classe. Consultor jurídico superior de 2.ª classe.	7	510 460 400	560 475 415	590 500 435	650 545 455											
Pessoal técnico profissional.	Realização de tarefas relacionadas com a gestão de documentos.	Técnico profissional de arquivo.	Técnico profissional especialista principal. Técnico profissional especialista. Técnico-profissional principal. Técnico profissional de 1.ª classe. Técnico profissional de 2.ª classe.	2		305 260 230 215 190	315 270 240 220 200	330 285 250 230 210	345 305 265 245 220	360 325 285 260 240									
	Execução de trabalhos de apoio técnico no âmbito das respectivas especialidades.	Técnico profissional.	Técnico profissional especialista principal. Técnico profissional especialista. Técnico-profissional principal. Técnico profissional de 1.ª classe. Técnico profissional de 2.ª classe.	2		305 260 230 215 190	315 270 240 220 200	330 285 250 230 210	345 305 265 245 220	360 325 285 260 240									
Pessoal administrativo.	Coordenação e chefia na área administrativa.		Chefe de departamento.	2	2	510	560	590	650										
			Chefe de repartição	2	2	460	475	500	545										
			Chefe de secção . . .	6		330	350	370	400	430	460								

Grupo de pessoal	Qualificação profissional Área funcional	Carreira	Categoria	Número de lugares	Lugares a extinguir	Escalaões								
						1	2	3	4	5	6	7	8	
Pessoal administrativo.	Executar todo o processamento administrativo relativo a uma ou mais áreas de actividade funcional (pessoal, património e contabilidade, expediente, dactilografia e arquivo).	Assistente administrativo.	Assistente administrativo especialista.	25		260	270	285	305	325				
			Assistente administrativo principal.	27		215	225	235	245	260	280			
			Assistente administrativo.	45		190	200	210	220	230	240			
Pessoal auxiliar ...	Recepção ou encaminhamento de chamadas telefónicas.		Telefonista	1		120	130	140	155	170	185	200	220	
	Coordenação das tarefas atribuídas ao pessoal auxiliar.		Encarregado de pessoal auxiliar.	1		205	210	215	220					
	Distribuição de expediente e execução de outras tarefas que lhe sejam atribuídas.		Auxiliar administrativo.	12		115	125	135	145	160	175	190	205	
	Reprodução de documentos e conservação dos equipamentos.		Operador de reprografia.	1		120	130	140	150	160	175	190	205	
	Limpeza e arrumação das instalações.		Auxiliar de limpeza	7		110	120	130	140	150	160	170	180	

AVISO

1 — Os preços das assinaturas das três séries do *Diário da República* (em papel) para 2000, a partir do dia 1 de Março, corresponderão ao período decorrente entre o início da recepção das publicações e 31 de Dezembro. A INCM não se obriga a fornecer os exemplares entretanto publicados.

2 — Não serão aceites pedidos de anulação de assinaturas com devolução de valores, salvo se decorrerem de situações da responsabilidade dos nossos serviços.

3 — Cada assinante deverá indicar sempre o número de assinante que lhe está atribuído e mencioná-lo nos contactos que tenha com a INCM.

4 — A efectivação dos pedidos de assinatura, bem como dos novos serviços, poderá ser feita através das nossas lojas.

5 — Toda a correspondência sobre assinaturas deverá ser dirigida para a Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A., Departamento Comercial, Sector de Publicações Oficiais, Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5, 1099-002 Lisboa.

Preços para 2000

CD-ROM (inclui IVA 17%)				
	Assinante papel *		Não assinante papel	
	Escudos	Euros	Escudos	Euros
Assinatura CD mensal	31 000	154,63	40 000	199,52
Assinatura CD histórico (1974-1997) (a)	70 000	349,16	91 000	453,91
Assinatura CD histórico (1990-1999)	45 000	224,46	50 000	249,40
CD histórico avulso	13 500	67,34	13 500	67,34
Internet (inclui IVA 17%)				
	Assinante papel *		Não assinante papel	
	Escudos	Euros	Escudos	Euros
DR, 1.ª série	12 000	59,86	15 000	74,82
Concursos públicos, 3.ª série	13 000	64,84	17 000	84,80
1.ª série + concursos	22 000	109,74	29 000	144,65

* Preço exclusivo por assinatura do *Diário da República* em suporte de papel.

(a) O CD de 1980 está em fase de certificação pelo ISO.



DIÁRIO DA REPÚBLICA

Depósito legal n.º 8814/85

ISSN 0870-9963

AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao *Diário da República* desde que não tragam aposta a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.

Os prazos para reclamação de faltas do *Diário da República* são, respectivamente, de 30 dias para o continente e de 60 dias para as Regiões Autónomas e estrangeiro, contados da data da sua publicação.

PREÇO DESTES NÚMEROS (IVA INCLuíDO 5%)

480\$00 — € 2,39



Diário da República Electrónico: Endereço Internet: <http://www.dr.incm.pt>
Correio electrónico: dre@incm.pt • Linha azul: 808 200 110 • Fax: 21 394 57 50



INCM

IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.

LOCAIS DE INSCRIÇÃO DE NOVOS ASSINANTES, VENDA DE PUBLICAÇÕES, IMPRESSOS E ESPÉCIMES NUMISMÁTICOS

- Rua da Escola Politécnica, 135 — 1250-100 Lisboa
Telef. 21 394 57 00 Fax 21 394 57 50 Metro — Rato
- Rua do Marquês de Sá da Bandeira, 16-A e 16-B — 1050-148 Lisboa
Telef. 21 353 03 99 Fax 21 353 02 94 Metro — S. Sebastião
- Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 — 1099-002 Lisboa
Telef. 21 383 58 00 Fax 21 383 58 34
- Rua de D. Filipa de Vilhena, 12 — 1000-136 Lisboa
Telef. 21 781 07 00 Fax 21 781 07 95 Metro — Saldanha
- Avenida de Fernão de Magalhães, 486 — 3000-173 Coimbra
Telef. 23 982 69 02 Fax 23 983 26 30
- Praça de Guilherme Gomes Fernandes, 84 — 4050-294 Porto
Telef. 22 205 92 06/22 205 91 66 Fax 22 200 85 79
- Avenida do Engenheiro Duarte Pacheco — 1070-103 Lisboa
(Centro Comercial das Amoreiras, loja 2112)
Telef. 21 387 71 07 Fax 21 353 02 94
- Avenida Lusíada — 1500-392 Lisboa
(Centro Colombo, loja 0.503)
Telef. 21 711 11 19/23/24 Fax 21 711 11 21 Metro — C. Militar
- Rua das Portas de Santo Antão, 2-2/A — 1150-268 Lisboa
Telef. 21 324 04 07/08 Fax 21 324 04 09 Metro — Rossio
- Loja do Cidadão (Lisboa) Rua de Abranches Ferrão, 10 — 1600-001 Lisboa
Telef. 21 723 13 70 Fax 21 723 13 71
- Loja do Cidadão (Porto) Avenida de Fernão Magalhães, 1862 — 4350-158 Porto
Telef. 22 557 19 27 Fax 22 557 19 29

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «Diário da República» e do «Diário da Assembleia da República», deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 — 1099-002 Lisboa